UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL

(MESTRADO E DOUTORADO)

REGIMENTO INTERNO

APROVADO NAS REUNIÕES DO COLEGIADO DO PPGPS EM 03 DE MAIO E 07 DE JUNHO DE 2017

TÍTULO I

DA NATUREZA E DOS OBJETIVOS

Art. 1º – O Programa de Pós-Graduação em Política Social está constituído pelos cursos de Mestrado e Doutorado, os quais são regulados por este Regimento e pela Resolução CEPE 0080/217.

Art. 2º – O Programa, de caráter multidisciplinar, tem a sustentação do Departamento de Serviço Social, vinculado ao Instituto de Ciências Humanas, mantêm professores do quadro permanente, oferece ensino nos níveis de Mestrado e Doutorado acadêmicos, voltado à formação de recursos humanos qualificados para o exercício de atividades acadêmicas (docência e pesquisa) e profissionais, na área de Política Social em setores públicos e privados, propiciando a obtenção do grau de mestre e doutor.

Art. 3º - São Objetivos do Programa de Pós-Graduação em Política Social:

I - Objetivo Geral:

a) Formar recursos humanos de alto nível, qualificados para o ensino superior, a pesquisa, o planejamento, a gestão e a análise de políticas públicas, em particular na área da Política Social.

II - Objetivos Específicos:

a) Fomentar a produção e difusão de conhecimentos sobre as questões afetas às políticas sociais, nos âmbitos nacional, regional e local.
b) Ampliar o número de profissionais de Serviço Social e de áreas afins nas atividades de gestão e análise das políticas sociais.
c) Estabelecer intercâmbios técnico-científicos com instituições de ensino e pesquisa nesta área de conhecimento e áreas afins nos âmbitos internacional, nacional, regional e local.
d) Contribuir para o conhecimento e elaboração de propostas de política social, respondendo às expressões da questão social, com destaque para a região Centro-Oeste.
e) Consolidar estratégias de articulação entre pós-graduação e graduação, no âmbito do Programa na Universidade de Brasília, visando à ampliação e melhoria da qualidade das produções científicas discentes e docentes.

Art. 4º – O Programa de Pós-Graduação em Política Social oferece uma área de concentração denominada “Estado, Políticas Sociais e Direitos”.

TÍTULO II

DA COORDENAÇÃO DIDÁTICO-CIENTÍFICA DO PROGRAMA

Art. 5º - A coordenação geral didático-científica do Programa compete à Congregação de Carreira dos Cursos de Pós-Graduação do Instituto de Ciências Humanas (CCCPG-IH), conforme o art. 11 da Resolução CEPE 0080/217.

Art. 6º - A coordenação do Programa de Pós-graduação em Política Social será exercida pelo Colegiado do Programa (COLPGPS/CCPGCS), presidido pelo Coordenador de Pós-

Graduação, e composto pelos professores doutores do quadro de pessoal permanente da Fundação Universidade de Brasília e por representação discente.

Art. 7º - O Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Política Social (COLPGPS) terá a seguinte composição: docentes permanentes do quadro de pessoal da Universidade de Brasília e dois representantes do corpo discente.

Parágrafo único - Os professores colaboradores, visitantes, e associados terão direito a voz no COLPGPS e não fazem parte do quorum das reuniões.

Art. 8º - É da competência do COLPGPS:

I - Designar a Comissão de Pós-Graduação, o Coordenador e o Coordenador Substituto do Programa;

II – Contribuir na elaboração, na execução e no acompanhamento da política de pós-graduação da Unidade Acadêmica;

III - Propor à CCCPG-IH a criação e /ou exclusão de disciplinas no currículo dos Cursos de Mestrado e de Doutorado;

IV - Propor à CCCPG-IH as linhas de pesquisa para o Programa

V – Aprovar o número de vagas a serem oferecidas a cada período letivo, a composição da Comissão de Seleção e das Comissões Examinadoras, trancamento geral de matrícula, designação e mudança de orientador;

VI - Discutir e aprovar a lista de oferta de disciplinas, programas de atividades afetas ao PPGPS;

VII – Propor o credenciamento de orientadores e co-orientadores, nos termos do artigo 22 e 23 da Resolução CEPE 0080/217;

VIII – Discutir e aprovar os planos de aplicação de recursos disponibilizados ao PPGPS;

IX – Apreciar propostas de recursos de professores e discentes do Programa.

Parágrafo único – Os membros do Colegiado devem estar nas reuniões na forma estabelecida no art. 51 do Regimento Geral da Fundação Universidade de Brasília.

Art. 9^0 - O Programa terá uma Comissão de Pós-Graduação, presidida pelo Coordenador e constituída por mais 3 (três) professores, incluindo o coordenador substituto, e por 1 (um) representante discente titular ou seu suplente e tem por competência:

I - Assessorar o Colegiado do Programa e a Congregação dos Cursos de Pós-Graduação do IH (CCPG-IH);

II – Definir e gerenciar a distribuição e renovação de bolsas de estudos;

III – Constituir as Comissões Examinadoras de teses e dissertações;

IV – Encaminhar os resultados das defesas de teses e dissertações;

V – Constituir a Comissão de Seleção para admissão de alunos no Programa;

VI – Avaliar as solicitações de aproveitamento de estudos, nos termos do art. 25 da Resolução CEPE CEPE 0080/217;

VII – Analisar pedidos de trancamento geral de matrícula, solicitação de alteração de prazos de conclusão de curso, bem como designação e mudança de orientador co-orientador;

VIII – Apreciar solicitações de defesa direta de tese;

IX – Apreciar propostas e recursos de professores e alunos do PPGPS.

Parágrafo único - A Comissão de Pós-Graduação terá 2 anos de mandato, permitida uma recondução.

Art. 10º - O Coordenador do Curso e o Coordenador Substituto, escolhidos pelo COLPGPS entre os docentes permanentes credenciados há mais de 2 anos, terão mandato de dois anos, podendo ser renovado por uma vez, por igual período

§ 1º - Compete ao Coordenador:

I - Presidir o Colegiado e a Comissão de Pós-Graduação do Programa;

II - Representar o Programa junto a Congregação de Carreira dos Cursos de Pós-Graduação (CCCPG-IH) e órgãos colegiados em que essa representação esteja prevista;

III - Ser responsável pela gestão do PPGPS perante a Unidade Acadêmica, o Decanato de Pós-graduação e o Decanato de Pesquisa e Inovação e os Colegiados definidos nos artigos 10 e 11 da Resolução CEPE 0080/217;

IV – Apreciar propostas e recursos de professores e alunos do PPGPS;

V - Encaminhar solicitação de desligamento de alunos, conforme artigo 31 da Resolução CEPE 0080/217;

VI- Preparar o relatório anual do Programa, enviando-o aos órgãos competentes.

§ 2º - Compete ao Coordenador Substituto colaborar com a gestão do Programa e assumir as funções de coordenação em caso de ausência ou impedimento do coordenador.

TÍTULO III

DA SECRETARIA DO PROGRAMA

Art. 11 – A Secretaria, ligada diretamente à Coordenação, é unidade executora dos serviços administrativos do Programa de Pós-graduação em Política Social, a quem compete:

I – Organizar, coordenar e controlar os trabalhos da Secretaria do Programa de Pós-Graduação;

II – Oferecer apoio administrativo, nos limites de suas possibilidades, aos Grupos e Núcleos de Pesquisa articulados ao Programa de Pós-Graduação em Política Social;

III – Garantir a organização e o registro do controle acadêmico do Programa;

IV – Processar, distribuir e arquivar documentos relativos às atividades didáticas, científicas e administrativas do Programa;

V – Organizar e manter atualizados a legislação e outros instrumentos legais pertinentes ao Programa;

VI – Sistematizar informações, organizar prestações de conta e oferecer informações e dados necessários ao planejamento e avaliação das atividades do Programa, nas suas áreas de competência;

VII – Secretariar as reuniões do Colegiado do Programa, registrando-as em ata;

VIII – Encaminhar a execução de atividades de reprodução de textos;

IX – Zelar pelo uso racional dos equipamentos e material permanente e de consumo do Programa, providenciando o reparo, manutenção e reposição, quando couber;

X – Responsabilizar-se pela Programação do uso do espaço físico do Programa, bem como pela supervisão de sua conservação e limpeza;
XI – manter em dia o inventário dos equipamentos e material permanente do Programa;
XII - Realizar outras atividades indispensáveis ao bom funcionamento do Programa.

TÍTULO IV

REGIME DIDÁTICO

SEÇÃO I
DA ESTUTURA CURRICULAR

Art. 12 – A estrutura curricular do Programa de Pós-Graduação em Política Social é composta por um conjunto de disciplinas obrigatórias, optativas e de domínio conexo e outras atividades curriculares.

Parágrafo único – O número de créditos correspondente às disciplinas obrigatórias do curso de Mestrado é de 12 (doze) e de Doutorado é de 16 (dezesseis).

Art. 13 - As disciplinas de domínio conexo serão escolhidas em um dos seguintes Programas de Pós-graduação da Universidade de Brasília: Sociologia, Antropologia, Economia, Comunicação, Educação, Ciência Política, História, Administração, Direito, Psicologia e Saúde Coletiva.

Parágrafo único - Qualquer disciplina oferecida nos outros Cursos de Pós-graduação *stricto sensu* da Universidade de Brasília será considerada de domínio conexo, desde que, a critério do orientador, seja reconhecida como necessária à formação do aluno e submetida à apreciação da Comissão de Pós-Graduação, desde que não ultrapasse 04 (quatro) créditos no Mestrado e 08 (oito) créditos no doutorado.

Art. 14 – Os alunos do Doutorado deverão elaborar e submeter, durante o desenvolvimento do Curso, pelo menos dois artigos para publicação em Revistas Científicas classificadas no Qualis Periódicos da CAPES, estratos A, B ou C, ou capítulos de livros comparáveis.

SEÇÃO 2

DA DURAÇÃO DOS CURSOS

Art. 15 – O Curso de Mestrado Acadêmico deverá ser concluído, no mínimo, em 12 (doze) meses, e, no máximo, em 24 (vinte e quatro) meses, incluindo a defesa da dissertação, contados a partir da matrícula inicial do aluno no Programa.

Art. 16 - O Curso de Doutorado deverá ser cursado, no mínimo, em 24 (vinte e quatro) meses e, no máximo, em 48 (quarenta e oito) meses, incluindo a defesa da tese, contados a partir da matrícula inicial do aluno no Programa.

SEÇÃO 3

DAS VAGAS

Art. 17 – O número de vagas para os Cursos de Mestrado e de Doutorado em Política Social será definido anualmente no Edital de Seleção.

SEÇÃO 4

DA SELEÇÃO E DA ADMISSÃO

Art. 18 – A seleção de candidatos ao Mestrado e ao Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Política Social ocorrerá a cada ano, conforme exigências definidas em edital, sendo realizada por Comissão de Seleção, constituída por, no mínimo, três docentes do Programa, aprovados pelo Colegiado e pelo Decanato de Pós-graduação da Universidade de Brasília.

Parágrafo único – Na composição da Comissão para seleção do Doutorado deverá ser incluída a participação de um membro externo ao Programa.

Art. 19 – O processo de seleção obedecerá aos critérios estabelecidos no Edital de Seleção, com aprovação do Colegiado do Programa;

Art. 20 - A critério da Comissão de Pós-Graduação, e mediante apresentação de projeto de pesquisa de elevado nível teórico-metodológico, os alunos do Mestrado em Política Social poderão ascender diretamente ao Doutorado em Política Social.

Parágrafo único – Os alunos do mestrado somente poderão solicitar a ascensão diretamente ao doutorado, antes de completar 18 meses de curso. O processo de solicitação deve ser instruído por meio de parecer do professor orientador, submetido à avaliação de um membro externo ao Programa e com parecer favorável da Comissão de Pós-graduação, da Congregação de Carreira dos Cursos de Pós-graduação do Instituto de Ciências Humanas e homologado pelo Decanato de Pós-graduação da Universidade de Brasília.

Art. 21 – A critério do Colegiado do Programa, poderão ser admitidos, como alunos especiais, em disciplinas optativas que integrem a estrutura curricular, portadores de diplomas de Curso superior afim aos objetivos e conteúdos curriculares do Programa, desde que se submetam a todas as exigências de estudo e avaliação das disciplinas cursadas e que se enquadrem no número de vagas fixadas para alunos especiais.

Parágrafo único – O aluno especial receberá certificado de aproveitamento em cada disciplina em que for aprovado. Uma vez ingressando no Mestrado ou no Doutorado, poderá obter aproveitamento de créditos dos estudos realizados, desde que ingresse até 04 (quatro) anos após a conclusão do estudo para o qual requer o aproveitamento e o

total dos créditos não ultrapasse a 50% do total exigido para disciplinas optativas, relativo ao Curso pleiteado.

SEÇÃO 5

DA MATRÍCULA

Art. 22 – A matrícula no Programa será efetuada conforme disposto no Regimento Interno da Universidade de Brasília.

Art. 23 - A inscrição nas disciplinas e em outras atividades curriculares do Mestrado e do Doutorado será feita pelo discente, mediante orientação acadêmica e de acordo com o calendário escolar organizado pela coordenação e aprovado pelo Colegiado do Programa.

Art. 24 – O direito à inscrição em determinada disciplina ou outra atividade curricular depende de sua inclusão na lista de oferta no semestre, considerado o plano de estudo do aluno e seu ajustamento às condições que forem estabelecidas e às vagas existentes.

§ 1º – Os alunos regulares do Programa têm prioridade para o preenchimento de vagas disponíveis nas diversas disciplinas e outras atividades curriculares oferecidas; subseqüentemente, os alunos regulares ingressantes e, por último, os alunos especiais. Em caso de empate em um dos três grupos citados, tem prioridade o aluno mais antigo, considerando-se a data da primeira matrícula.

§ 2º – O aluno regular deverá cursar pelo menos duas disciplinas ou outras atividades curriculares por semestre, salvo se já estiver em elaboração de dissertação ou tese.

Art. 25 – Após concluídas as disciplinas e demais atividades curriculares, integrantes de seu plano de estudo, o aluno será matriculado em Elaboração de Dissertação no caso do Mestrado e Elaboração de Tese no caso do doutorado, até sua conclusão e defesa.

Art. 26 – Todo o processo de trancamento de matrícula nos Cursos ou cancelamento de disciplina ou outra atividade curricular, assim como de aproveitamento de créditos será efetuado após aprovação da Comissão de Pós-graduação.

Art. 27 - O Trancamento Geral de Matrícula só poderá ocorrer, por motivo justificado, nos casos em que fique comprovado o impedimento involuntário do aluno para exercer suas atividades acadêmicas.

Parágrafo único – O Trancamento Geral de Matrícula não poderá ser concedido por mais de um período letivo durante a permanência do aluno no curso, exceto por razões de saúde do discente.

Art. 28 - O Trancamento de Matrícula em disciplina deverá ser autorizado pelo Coordenador do Programa, mediante parecer circunstanciado do orientador do aluno.

Art. 29 - O aluno será automaticamente desligado do curso na ocorrência de uma das seguintes situações:

I - Após duas reprovações em disciplinas;
II - Após duas reprovações no exame de qualificação;

III - Se não efetivar matrícula findo o trancamento previsto no art. 30;
IV -Se não efetivar matrícula a cada semestre;
V -Se for reprovado na defesa de tese ou dissertação;
VI - Se ultrapassar o prazo máximo de permanência no curso, previstos nos arts. 15 e 16;
VII - Por motivos disciplinares previstos no Regulamento do Programa ou no Regimento Geral da Universidade de Brasília, após análise do processo administrativo.

Art. 30 - Na eventualidade de um aluno desejar reingressar no curso após desligamento, só poderá fazê-lo através de nova seleção pública, de acordo com os procedimentos previstos em edital.

§ 1º - Disciplinas cursadas anteriormente à admissão poderão ser aproveitadas após análise pela Comissão de Pós-Graduação;

§ 2º - É vedada, por dois anos, a admissão em qualquer curso de pós-graduação na Universidade de Brasília ao aluno desligado em função do previsto no inciso VII do art. 29 deste Regimento.

TÍTULO V

DO REGIME DE CRÉDITOS E DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ACADÊMICO

SEÇÃO I

DO REGIME DE CRÉDITOS

Art. 31 – Serão atribuídos a cada disciplina e atividade curricular créditos correspondentes à carga horária determinada, sendo que cada unidade de crédito equivale a quinze horas.

§ 1º – O número mínimo de créditos exigidos para conclusão do Mestrado Acadêmico é de 20 (vinte) e o número máximo é de 28 créditos em disciplinas e atividades curriculares, sendo 12 créditos em disciplinas obrigatórias e 08 (oito) créditos que podem ser cursadas em disciplinas optativas ou de domínio conexo (até o máximo de 04 créditos conforme artigo 13), ou atividades curriculares como monitorias e seminários de pesquisa (até o máximo de 04 créditos). Para conclusão do Doutorado o número mínimo é de 32 (trinta e dois) créditos e o número máximo é de 40 créditos, sendo 16 em disciplinas obrigatórias e 16 (dezesseis) que podem ser cursadas em disciplinas optativas ou de domínio conexo (até o máximo de 04 créditos), ou atividades curriculares como monitorias e seminários de pesquisa (até o máximo de 04 créditos).

§ 2º – Para aprovação na disciplina o aluno deverá obter menção igual ou superior a MM e comparecimento a mais de 75 (setenta e cinco) por cento das respectivas atividades curriculares, conforme artigo 123 do regimento Geral da Universidade de Brasília;

SEÇÃO 2

DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ACADÊMICO

Art. 32 – As menções atribuídas ao rendimento acadêmico do aluno em disciplinas e sua equivalência numérica são as seguintes, conforme artigo 122 do Regimento Geral da Universidade de Brasília:

Menções	Equivalências Numéricas
SS	9,0 a 10,0
MS	7,0 a 8,9
MM	5,0 a 6,9
MI	3,0 a 4,9
II	0,1 a 2,9
SR	Zero

Parágrafo único – Poderão também ser aproveitados, até o limite fixado, créditos de disciplinas de pós-graduação *stricto sensu* cursadas concomitantemente em instituições brasileiras ou estrangeiras, mediante solicitação aprovada pela Comissão de Pós-Graduação, no qual fique demonstrada a contribuição da disciplina para o programa de estudos do aluno.

SEÇÃO 3

DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Art. 33 – No caso de aluno que tenha cursado o Mestrado Acadêmico em Política Social da UnB e venha a ingressar no Doutorado em Política Social da UnB, poderão ser aceitos os créditos cursados no Mestrado, desde que tenha concluído as disciplinas há, no máximo, 04 (quatro) anos.

Art. 34 – Poderão ser aceitos créditos de disciplinas de pós-graduação, obtidos em Cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*, oferecidos pela Universidade de Brasília ou por outra Instituição de Ensino Superior, brasileira ou estrangeira, recomendadas na forma da lei.

§ 1º – Poderão também ser aproveitados, até o limite fixado, créditos de disciplinas de pós-graduação *stricto sensu* cursadas concomitantemente em instituições brasileiras ou estrangeiras, mediante solicitação aprovada pela Comissão de Pós-Graduação na qual fique demonstrada a contribuição da disciplina para o programa de estudos do aluno.

§ 2º – Para efeito do aproveitamento dos créditos previstos no *caput* do artigo, o aluno deverá apresentar o regulamento do Programa onde os créditos foram obtidos, as ementas e Programas das disciplinas cursadas, com a contagem da respectiva carga horária, e o histórico escolar.

§ 3º – O número máximo de créditos a serem aproveitados corresponderá ao limite de 50% do total dos créditos exigidos em disciplinas optativas para

integralização da proposta curricular prevista para o Mestrado Acadêmico e para o Doutorado.

Art. 35 – Aquele que for admitido como aluno especial do Programa e que obtiver crédito em disciplina poderá requerer aproveitamento de créditos caso venha a ser selecionado e matriculado como aluno regular do Mestrado ou Doutorado, desde que requerido no primeiro ano de ingresso e respeitado o disposto no artigo 21, parágrafo único.

Art. 36 – O aproveitamento de estudos, em qualquer dos casos, dependerá de parecer favorável do professor responsável pela disciplina e de aprovação do Colegiado, devendo ser respeitada a avaliação feita na Instituição onde foi cursada a disciplina.

SEÇÃO 4

DA ORIENTAÇÃO DO ALUNO

Art. 37 – Cada aluno regular terá um professor orientador credenciado pela Câmara de Pesquisa e Pós-graduação e indicado pelo Colegiado do PPGPS.

São atribuições do orientador:

I – Assumir a orientação acadêmica do aluno, acompanhando seu plano de estudos;
II – Supervisionar o estágio de docência, obrigatório para bolsistas da CAPES;
III – Auxiliar na elaboração do projeto de dissertação ou tese;
IV – Acompanhar e orientar o desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa e de elaboração da dissertação ou tese;
V– Verificar a necessidade e conveniência de um co-orientador, cuja atuação deverá estar restrita aos aspectos específicos do trabalho;
VI – Participar como membro e presidente das bancas de exame de qualificação e de defesa pública da dissertação ou tese;
VII – Cuidar para que as regras e prazos sejam cumpridos.
VIII – Avaliar a qualidade acadêmica da dissertação ou tese.

Art. 38 – O professor orientador deverá ser credenciado pela Câmara de Pesquisa e Pós-graduação, conforme regulamentação estabelecida no artigo 22 da Resolução CEPE 0080/217.

Art. 39 - O aluno poderá ter, além do orientador titular, um co-orientador.

§ 1º - A designação de um co-orientador deverá ser aprovada pela Comissão de Pós-Graduação mediante solicitação circunstanciada do orientador.

§ 2º - O professor co-orientador deverá ser credenciado pela Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação.

§ 3º - O co-orientador não substituirá de forma automática o orientador em suas funções regimentais específicas.

SEÇÃO 5

DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO

Art. 40 – O exame de qualificação para o Doutorado constitui-se da avaliação do projeto de tese por uma comissão composta, no mínimo, de 03 (três) docentes, sendo dois do Programa, entre estes o orientador e um membro externo ao Programa.

§ 1º - Na defesa e qualificação do projeto de tese, será atribuída a menção de aprovação ou reformulação. Na segunda hipótese, o prazo máximo concedido ao aluno é de 60 (sessenta) dias para reformulação do projeto de tese, quando este será novamente avaliado ou defendido.

§ 2º – Na qualificação da tese, o aluno será considerado aprovado ou reprovado, sendo indicadas sugestões para o aperfeiçoamento do trabalho, se for o caso, quando aprovado. No caso de reprovação, o aluno terá um prazo de até 90 (noventa) dias para submeter, à nova avaliação, a versão reformulada, de preferência, à banca anterior, podendo novamente ser considerado aprovado ou reprovado.

§ 3º – No caso de um 2º insucesso na avaliação da versão preliminar da tese, o aluno será automaticamente desligado do Programa.

§ 4º - O Exame de Qualificação deverá ocorrer até o final do quinto período letivo.

SEÇÃO 6

DA DISSERTAÇÃO E DA TESE

Art. 41 – Os alunos do Mestrado e do Doutorado, em fase de elaboração de dissertação ou tese, deverão integrar um dos grupos ou núcleos de pesquisa vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Política Social, em cuja temática de abrangência desenvolverá sua dissertação ou tese.

Art. 42 – A dissertação de mestrado será preparada sob aconselhamento do orientador, devendo, obrigatoriamente, ser um trabalho individual, inédito e revelador do domínio do tema escolhido e da capacidade de sistematização dos conhecimentos adquiridos.

Art. 43 – A tese de doutorado será preparada sob aconselhamento do orientador, devendo, obrigatoriamente, ser um trabalho individual, inédito e revelador de uma contribuição original ao estudo do tema.

At. 44 – Tanto a dissertação como a tese serão desenvolvidas com base num projeto de pesquisa, devendo o tema do estudo ser vinculado à área de concentração e encontrar-se vinculada a uma das linhas de pesquisa do Programa.

Parágrafo único – Cada aluno será assistido, na elaboração da dissertação ou tese, por um orientador, devendo, na indicação deste, ser considerada a sugestão do aluno e a disponibilidade do quadro de orientadores do Programa, podendo, mediante justificativa escrita ao Colegiado, o aluno solicitar mudança de orientador, em casos excepcionais.

Art. 45 – Elaborada a dissertação ou tese, compete ao professor orientador requerer, junto à coordenação do Programa, a defesa pública, com antecedência mínima de 30 (trinta dias), com entrega da documentação necessária e cópia do trabalho ser defendido.

Art. 46 – Para obter o diploma de Mestre, além de cumprir as exigências curriculares, o aluno deverá ter uma Dissertação de sua autoria exclusiva, defendida em sessão pública e aprovada por uma Comissão Examinadora.

§ 1º – Na data da defesa da dissertação de mestrado, o candidato deverá ter cumprido todas as demais exigências curriculares do seu curso.

§ 2º – A Comissão Examinadora será composta pelo professor orientador, que a presidirá, por dois outros membros titulares, sendo pelo menos um deles não vinculado ao programa, e por um suplente, e será aprovada pela Comissão de Pós-Graduação e pelo Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação.

§ 3º – Os membros da Comissão Examinadora, referidos no § 2º, deverão ser possuidores do título de Doutor ~~e~~ não poderão, com exceção do orientador; estar envolvidos na orientação do projeto de dissertação.

§ 4º – Na impossibilidade da participação do orientador, esse deverá ser substituído na defesa por outro professor credenciado ao Programa, mediante indicação da Coordenação do Programa e aprovação do Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação.

Art. 47 – Para obter o diploma de Doutor, além de cumprir as demais exigências curriculares estabelecidas pelo regulamento do curso, o aluno deverá:

I. Ser aprovado em exame de qualificação no prazo estabelecido no artigo 40;
II. Ter uma tese, de sua autoria exclusiva, defendida em sessão pública e aprovada por uma Comissão Examinadora.

§ 1º – A tese deverá apresentar contribuição significativa e inédita para o seu campo de estudos.

§ 2º – Na data da defesa da tese de doutorado, o candidato deverá ter cumprido todas as demais exigências curriculares do curso.

§ 3º – A Comissão Examinadora será presidida pelo professor orientador, este sem direito a julgamento, e composta por outros três membros titulares e um suplente;

§ 4º - Dentre os membros titulares, um deve ser vinculado ao Programa, e os demais externos, sendo pelo menos um deles não vinculado à Universidade de Brasília;

§ 5º – Os membros referidos no § 3º deverão ser possuidores do título de Doutor e não poderão, com exceção do orientador, estar envolvidos na orientação do projeto de tese.

§ 6º – Na impossibilidade da participação do orientador, esse deverá ser substituído na defesa por outro professor credenciado ao Programa, mediante indicação da Coordenação do Programa e aprovação do Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação.

§ 7º – A Comissão Examinadora será aprovada pela Comissão da Pós-graduação, observados os critérios de excelência na área de conhecimento do trabalho a ser avaliado, definidos pelo Colegiado dos Cursos de Pós-graduação, conforme art. 11 da Resolução CEPE 0080/217.

Art. 48 – As defesas de Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado poderão prever a participação de até dois membros da Comissão Examinadora via *Web,* ou por outro recurso tecnológico que resulte em função similar. Para esses avaliadores será exigido parecer escrito, em formato digital ou impresso, e será admitida a assinatura digitalizada no parecer e na Ata da Defesa.

Art. 49 - As dissertações de mestrado e as teses de doutorado poderão ser redigidas e defendidas em língua portuguesa ou, em língua espanhola.

Parágrafo único – Quando produzida em língua espanhola, a Dissertação ou Tese deverá apresentar título e resumo expandido em português.

Art. 50 - À dissertação ou tese, a Banca Examinadora de Defesa atribuirá as seguintes menções: “aprovação”, “revisão de forma”, “reformulação”, ou “reprovação”.

§ 1º - Será aprovado na defesa pública, a dissertação de mestrado que obtiver decisão unânime da Banca Examinadora e a Tese de Doutorado que obtiver decisão unânime ou maioria da Banca Examinadora.

§ 2º - No caso de aprovação, a homologação ficará condicionada à entrega do trabalho definitivo no prazo de 15 dias à Coordenação do Programa;

§ 3º - No caso das menções “revisão de forma” ou “reformulação”, cabe à Banca Examinadora de Defesa explicitar ao aluno os aspectos da revisão ou reformulação que devem ser observados.

§ 4º - No caso de “revisão de forma”, o aluno terá o prazo máximo de (trinta) dias para apresentar a dissertação ou tese, ao seu orientador, que aprovará as revisões efetuadas e a encaminhará à Coordenação do Programa.

§ 5º - No caso de “reformulação”, o aluno deverá apresentar a dissertação ou tese devidamente reformulada, dentro do prazo, improrrogável, de até 90 dias para a dissertação e até 180 dias para a tese.

§ 6º - No caso de reformulação de dissertação ou tese, o aluno ficará sujeito à nova defesa pública, observadas todas as exigências determinadas nesse Regimento e na Resolução CEPE 0080/217. Um segundo insucesso implicará no desligamento automático do aluno do Programa, o mesmo ocorrendo com a não reapresentação da dissertação ou tese reformulada no prazo determinado no parágrafo acima.

TÍTULO VI

DOS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DO GRAU DE MESTRE E DOUTOR

Art. 51 – Será concedido o grau de Mestre em Política Social ao aluno que satisfizer às seguintes exigências, no prazo mínimo de 12 (doze) meses e máximo de 24 (vinte e quatro) meses.

I – Obtenção do mínimo de 20 (vinte) créditos em disciplinas obrigatórias e optativas e outras atividades curriculares, necessários à integralização do plano curricular de estudo;

II - Aprovação na defesa da dissertação, conforme determina o presente Regimento.

Art. 52 - Será concedido o grau de Doutor em Política Social ao aluno que satisfizer às seguintes exigências, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses e máximo de 48 (quarenta e oito) meses.

I – Obtenção do mínimo de 32 (trinta e dois) créditos em disciplinas obrigatórias e optativas e outras atividades curriculares, necessários à integralização do plano curricular de estudo;

II – Aprovação na defesa da tese, conforme determina o presente Regimento.

Parágrafo único – Excepcionalmente, perante a apresentação de razões amplamente justificadas e de cronograma que claramente indique a viabilidade de conclusão pelo aluno, esses prazos poderão ser alterados por um período de até seis meses para o mestrado e até 12 meses para doutorado, mediante solicitação circunstanciada a ser avaliada pela Comissão de Pós-graduação do Programa.

TÍTULO VII

DOS DIPLOMAS

Artigo 53 - A expedição de diploma de Mestre ou de Doutor ficará condicionada à homologação, pelo Decano de Pós-Graduação, de ata elaborada pela Comissão Examinadora.

§ 1º - A ata de defesa deverá ser encaminhada ao Decanato de Pós-graduação pelo coordenador do Programa no prazo máximo de 15 dias;

§ 2º - O diploma será o único documento emitido para comprovação do título, ficando vedada, em qualquer instância, a emissão de declaração ou cópia de relatório de defesa como comprovante de titulação.

Artigo 54 - Os diplomas de pós-graduação serão assinados pelo Reitor e pelo diplomado.

TÍTULO VIII

DOUTORADO POR DEFESA DIRETA DE TESE

Artigo 55 – O PPGPS poderá, em caráter excepcional, admitir Defesa Direta de Tese de candidatos que apresentem alta qualificação artística, literária, científica ou técnica, para o que o candidato deverá apresentar tese finalizada em tema relacionado à área de concentração do Curso, nos termos dos artigos 42 a 45 da Resolução CEPE 0080/217

TITULO XIX
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 56 - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Congregação de Carreira dos Cursos de Pós-Graduação (CCCPG/IH), a partir de exame prévio da Comissão de Pós-Graduação e do Colegiado do Programa, conforme Resolução CEPE 0080/217.

Art. 57 - Este Regimento, aprovado pelo CEPE em sua reunião, realizada em ----/----/---- entra em vigor nesta data.

ANEXO 1

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISA

1. Área de Concentração - Estado, Política Social e Direitos

2. Linhas de Pesquisa

1. Política Social, Estado e Sociedade

   Esta linha aborda pesquisas sobre as políticas sociais na sociabilidade capitalista, orientada e pautada por diferentes e divergentes abordagens teórico-conceituais. As políticas sociais nas contraditórias relações entre o Estado e as classes sociais. A luta pelos direitos, cidadania, emancipação política e humana. Agrega pesquisas voltadas para a compreensão e análise de políticas sociais, enfocando suas concepções; bases legais e institucionais; organização e forma de gestão; mecanismos de funcionamento do fundo público, do orçamento e do financiamento; tendências e perspectivas, contemplando o controle democrático dos recursos públicos.

2. Classes, Lutas Sociais e Direitos

   Esta linha abrange investigações acerca da condição das classes sociais, lutas sociais e direitos no processo histórico de desenvolvimento do capitalismo, considerando a relevância da luta de classes nas lutas sociais. O significado de lutas contra diversas formas de exploração e opressão na defesa de direitos, da emancipação política e de um projeto de emancipação humana; implicações da restauração capitalista nas lutas sociais e formas de organização política; distintas perspectivas teóricas na análise de movimentos e lutas sociais; relação entre movimentos/lutas sociais, Serviço Social e projeto ético-político profissional.

3. Trabalho, Questão Social e Emancipação

   Esta linha articula pesquisas que debatem os fundamentos do trabalho, da questão social e sua produção e reprodução na sociabilidade capitalista. A relação entre trabalho, questão social e emancipação. O significado teórico, polêmicas conceituais e expressões históricas da questão social. As transformações no mundo do trabalho e suas implicações na produção e reprodução da questão social e no conflito capital/trabalho e suas particularidades no Brasil, no contexto do capitalismo periférico e dependente. As lutas pelos direitos dos/as trabalhadores/as. Serviço Social, questão social e projeto ético-político profissional.

4. Serviço Social: Formação e Trabalho Profissional

   Esta linha contempla pesquisas que abordam os fundamentos sócio-históricos, teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do Serviço Social, considerando seu significado social e inserção no processo de reprodução das

relações sociais. Analisa a formação acadêmico-profissional, as atribuições e competências profissionais, as formas político-organizativas, a produção de conhecimento e o trabalho de assistentes sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais na sociedade capitalista. A relação do Serviço Social com as Políticas Sociais e a constituição e desenvolvimento do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social brasileiro.

5. Exploração e opressão de sexo/gênero, raça/etnia e sexualidades

   Esta linha aborda as temáticas relacionadas às relações sociais de sexo/gênero, etnia/raça e sexualidades na sua relação consubstancial com as relações sociais de classe. Parte da compreensão de que as diferentes e particulares expressões da questão social são mediadas dialeticamente por tais relações. Analisa as classes sociais estruturadas no antagonismo capital/trabalho e nas desigualdades constitutivas da sociedade racista, patriarcal e heterossexista, que produz e reproduz discriminações, preconceitos e violações de direitos. Apresenta o debate sobre as relações sociais de classe, sexo/gênero, etnia/raça e sexualidades de forma multideterminada.

Anexo 2
Créditos nas Disciplinas Obrigatórias e Optativas

Código	Disciplinas Obrigatórias		N.º de Créditos	
	Atual	Nova Nomenclatura	M	D
SER-336009MS	Metodologia da Pesquisa Social	Teoria e Método nas Ciências Sociais	4	-
SER-336033MS/DR	Teorias da Política Social e da Cidadania	Fundamentos da Política Social	4	4
SER-336157MS/DR	Questão Social, Instituições e Serviços Sociais	Capitalismo, Trabalho e Questão Social	4	4
SER-336246DR	Seminário de Tese 1 Política Social	Seminário de Tese 1 Política Social	-	4
SER-336262DR	Seminário Avançado em Política Social	Estado e Política Social no Brasil	-	4
SER-336271DR	Exame de Qualificação em Política Social	Exame de Qualificação em Política Social	-	-
TOTAL DE CRÉDITOS OBRIGATÓRIOS			**12**	**16**

Código	Disciplinas Optativas		N.º de Créditos	
	Atual	Nova Nomenclatura	M	D
SER-336017MS/DR	Análise de Políticas Sociais	Análise de Políticas Sociais	**4**	**4**
SER-336092MS/DR	Política de Saúde e Seguridade Social	Seguridade Social e Saúde	4	4
SER-336114MS/DR	Política de Assistência Social e Seguridade Social	Seguridade Social e Assistência Social	4	4
SER-336106MS/DR	Política de Previdência e Seguridade Social	Seguridade Social e Previdência Social	4	4
SER-336041MS/DR	Política Social – Habitação	Questão Urbana e Políticas para a Cidade	4	4
SER-336050MS/DR	Política Social - Questão Agrária	Questão Agrária e a Luta pela Terra	4	4
SER-336068MS/DR	Política Social - Criança e Adolescente	Política Social, Infância, Adolescência e Juventude	4	4
SER-336076MS/DR	Política Social e Educação	Política Social e Educação	4	4
SER-336084MS/DR	Política Social – Trabalho	Trabalho, Sociabilidade e Política Social	4	4

Código	Disciplinas Optativas		N.º de Créditos	
	Atual	Nova Nomenclatura	M	D
SER-336122MS/DR	Planejamento e Avaliação de Serviços Sociais	Planejamento, Fundo Público e Política Social	4	4
SER-336131MS/DR	Movimentos Sociais, Poder Político e Cidadania	Classes e Lutas Sociais	4	4
SER-336165MS/DR	Teoria e Metodologia do Serviço Social	Fundamentos do Serviço Social: formação e trabalho profissional	4	4
SER-336149MS	Seminário de Pesquisa e Dissertação	Seminário de Pesquisa e Dissertação	4	4
SER-336173MS/DR	Tópicos Especiais em Política Social	Tópicos Especiais em Política Social	4	4
SER-336203MS/DR	Tópicos Especiais em Pesquisa	Tópicos Especiais em Pesquisa	4	4
SER-336211MS/DR	Tópicos Especiais em Serviço Social	Tópicos Especiais em Serviço Social	4	4
SER-336238MS/DR	Prática docente em Política Social (obrigatória para bolsistas da CAPES)	Prática docente em Política Social (obrigatória para bolsistas da CAPES)	4	4
SER-336254DR	Seminário de Tese 2 Política Social	Seminário de Tese 2 Política Social	-	4
SER-336289MS/DR	Seminário de Pesquisa 1	Nucleação em Grupo de Pesquisa – NGP 1	2	1
SER-336297 MS/DR	Seminário de Pesquisa 2	Nucleação em Grupo de Pesquisa – NGP 2	2	1
SER-336301 MS/DR	Seminário de Pesquisa 3	Nucleação em Grupo de Pesquisa – NGP 3	2	1
SER-336319 MS/DR	Seminário de Pesquisa 4	Nucleação em Grupo de Pesquisa – NGP 4	2	1
Criação – MS/DR	-	Serviço Social e Política Social no Brasil	4	4
Criação – MS/DR	-	Relações de Sexo/Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades	4	4
Criação – MS/DR	-	Estado, Sociedade e Formação Social Brasileira	4	4

Anexo 3
Ementas e Bibliografias Atualizadas

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

1. **Título da Disciplina: Teoria e Método nas Ciências Sociais – 336009 – MS**

2. **Ementa**

Pressupostos da pesquisa social. Paradigmas metodológicos na teoria e na prática da ciência (dialética, positivismo, empirismo, estruturalismo). Temas da metodologia: ideologia, neutralidade e objetividade; débito social da ciência; conhecimento e colonialismo; teoria e prática; ética da intervenção; estrutura e história. Base conceitual para a construção da estrutura metodológica do projeto de pesquisa.

3. **Conteúdo Programático**

Unidade 1 - Pressupostos lógicos da pesquisa social
A ciência e o senso comum.
A objetividade e a subjetividade no processo de teorização.
Diferenças básicas entre duas lógicas fundamentais do conhecimento científico: formal e dialética.
Grandes matrizes do Pensamento filosófico (idealismo e materialismo; materialismo vulgar e materialismo dialético).
Efeitos explicativos de teorias competitivas: críticas e conservadoras.
Crise da razão moderna e o advento do pensamento pós-moderno com suas consequências para a teoria social.

Unidade 2 - Fundamentos e categorias metodológicas
Grandes temas da metodologia.
Métodos de Pesquisa no marco de concepções e ideologias concorrentes.
Método dialético materialista histórico: pressupostos, referências mestras, processualidade, relação com categorias/conceitos e teoria.

Unidade 3 - O processo de construção da pesquisa
Escolha do tema.
Questões de partida.
Formulação do problema de pesquisa.
Definição do objeto e dos objetivos.
Hipóteses de trabalho.
Justificativa.
Seleção de fontes de investigação.
Demarcação do referencial teórico.
Decisão sobre o método, os procedimentos e as técnicas de pesquisa. Interpretação e análise dos dados.

4. Bibliografia

BASBAUM, Leôncio. *Sociologia do materialismo*: introdução à história da filosofia. São Paulo: Símbolo, 1978.

BRUYNE, Paul; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc. *Dinâmica da pesquisa em Ciências sociais*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico.* São Paulo: Abril Cultural, 1978.

IANNI, Otávio. *A construção da categoria*. Revista HISTEDBR On-Line. Campinas, número especial, p. 397-416, abr2011 - ISSN: 1676-2584.

KOPNIN, P.V. *Fundamentos lógicos da ciência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAVILLE, Christian & DIONNE, Jean. *A construção do saber*: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: ARTMED; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal/lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilzação. Brasileira, 1975.

LUKÁCS, György. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. *Revista Temas das Ciências Humanas*, n.4, São Paulo, 1978.

MARX, K. *O capital,* L. I, SP, Boitempo, 2013, Posfácio da segunda edição.

_____. Introdução de 1857, In, *Para a Crítica da Economia Política*, S.P., Os Economistas, Abril Cultural, 1982.

MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004. (Cap. 6 - p.301-324).

NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão popular, 2011.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de investigação em Ciências Sociais.* Lisboa: Gradiva, 1998

TONET, Ivo. Modernidade, pós-modernidade e razão (digitado), 2006.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações.* São Paulo: Martin Clares, 2006.

----

1. Título da Disciplina: Fundamentos da Política Social – 336033 – MS/DR

2. Ementa

As determinações econômicas, sócio-históricas e políticas do surgimento e desenvolvimento das políticas sociais na sociabilidade capitalista. As principais abordagens teórico-políticas explicativas da política social - liberalismo, marxismo, social democracia e neoliberalismo. As experiências concretas de Estado Social, *Welfare State* e Estado Providência. A condição contemporânea da política social e sua relação com os direitos, a cidadania, e a emancipação política e humana. A particularidade da Política Social no Brasil.

3. Conteúdo Programático

Unidade Introdutória - Principais Abordagens no Estudo das Políticas Sociais

Unidade I – Capitalismo, Direitos e Política Social
Questão Social e Lutas Revolucionárias no Capitalismo
Estado, Reforma Social e Política Social
Direitos e Cidadania
Emancipação Humana e Limites da Cidadania no Capitalismo

Unidade II – Estado, Direitos e Democracia no Capitalismo
Fundamentos Sócio-históricos do keynesianismo-fordismo e a Política Social
Direitos e Democracia no Capitalismo
Estado Social e a Experiência do *welfare state*

Unidade III – Crise do Capital, Reação Burguesa e Expropriação
Formas Contemporâneas do Capital Imperialista
Crise do Capital e Dívida Pública
Política Social e Expropriação

Unidade IV – Capitalismo Dependente e Particularidade das Políticas Sociais no Brasil
Capitalismo Dependente e Classes Sociais
Social Liberalismo e Neodesenvolvimentismo
Tendências Contemporâneas da Política Social no Brasil

4. Bibliografia

BARBALET, J. M. A Cidadania. Lisboa: Estampa, 1989.

BOSCHETTI, Ivanete. Assistência Social e Trabalho no Capitalismo. São Paulo, Cortez, 2016.

CASTELO, Rodrigo. O Social Liberalismo; auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. Contra a Corrente. Ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo, Cortez, 2ª Ed. 2008.

FERNANDES, Florestan. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. 4. ed. São Paulo: Global Editora, 2009.

FONTES, Virgínia. O Brasil e o Capital Imperialismo – teoria e história. Rio de Janeiro, FIOCRUZ- EPSJV e UFRJ, 2010.

HARVEY, David. A Produção Capitalista do Espaço. 2ª Ed. Annablume, SP, 2006.

KATZ, CLAUDIO. Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo, Socialismo. São Paulo, Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2016.

LENIN.V.I. Imperialismo, estagio superior do capitalismo. 1ª ed. São Paulo, Expressão Popular, 2012

MANDEL, Ernest. A Crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo, Editora Ensaio, 1990.

MANDEL, Ernest. O Capitalismo Tardio. SP, Abril Cultural, 1982.

MARINI, Ruy Mauro. A Dialética da Dependência. Editora Era, México, 1990, 10a edição (1a edição, 1973).

MARSHAL, Theodore H., “Cidadania e classe social”, In Cidadania, Classe Social e Status, Rio de Janeiro: Zahar, 1967

MARX, Karl, “O Método da Economia Política” in Grundrisse. São Paulo: Boitempo, 2011. pp.53-89

Marx, Karl. Assim Chamada Acumulação Primitiva. O Capital, Volume 1, Livro Primeiro, Tomo 2, Capítulo XXIV. Coleção Os Economistas. São Paulo. Ed. Victor Civita, 1984.

MARX, Karl. Crítica do Programa de Gotha. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MARX, Karl. Glosas Críticas Marginais ao Artigo "O Rei da Prússia e a reforma Social" de um Prussiano. São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2010. (Ler também, na mesma publicação, a introdução de Ivo Tonet: A Propósito de "Glosas Críticas".

MARX, Karl. Sobre a questão judaica. Inclui as cartas de Marx a Ruge publicadas nos Anais Franco-Alemães. Prefácio: Daniel Bensaïd. São Paulo, Boitempo, 2010.

MÉSZÀROS, István. A Crise estrutural do capital. São Paulo, Boitempo, 2009. Cap. 1, 2, 4, 6 e 7

NETTO. José Paulo. Introdução ao Método na Teoria Social. In Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, CFESS, ABEPSS, 2009. P. 667-700

PEREIRA, Camila Potyara. Proteção Social no Capitalismo. Contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes. São Paulo, Editora Cortez, 2016.

PEREIRA, Potyara. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In BOSCHETTI et al. (org.) Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas. São Paulo, Ed. Cortez, 2008.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. Serv. Soc. Soc., Dez 2012, no.112, p.672-688. ISSN 0101-6628. Disponível em: http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=article%5Edlibrary&format=iso.pft&lang=p&nextAction=lnk&indexSearch=AU&exprSearch=SAMPAIO+JR.,+PLINIO+DE+ARRUDA

WOOD, Ellen. Democracia contra Capitalismo. São Paulo, Ed. Boitempo, 2006.

---

1. **Título da Disciplina: Capitalismo, Trabalho e Questão Social – 336157 – MS/DR**

2. **Ementa**

A Lei Geral da Acumulação e a Questão Social. O processo de produção e reprodução da questão social no capitalismo e sua relação com a exploração da força de trabalho. O significado teórico, polêmicas conceituais e expressões históricas da questão social. As transformações no mundo do trabalho e suas implicações na questão social. As particularidades do capitalismo dependente, classes sociais, Estado e as configurações da questão social. Patriarcado, Racismo e Questão Social na sociedade capitalista. As expressões contemporâneas da Questão Social e suas particularidades no contexto brasileiro.

3. **Conteúdo Programático**

Unidade I - Gênese e reprodução da questão social no capitalismo

A acumulação primitiva do capital e a origem da questão social: expropriação e superexploração da força de trabalho

A Lei Geral da acumulação e reprodução da questão social

Consciência e lutas de classes

Unidade II – Abordagens Teóricas e Polêmicas sobre a Questão Social
Questão social e lei do valor
Questão social como problema social
A "Nova" questão social
Questão social como expressão das desigualdades sociais

Unidade III - O Trabalho e a Questão Social no Contexto do Padrão de Acumulação Fordista-Keynesiano
Trabalho e Questão Social no Capitalismo Central
As Particularidades do Trabalho e as Expressões da Questão Social no Brasil
Exploração e opressão de sexo/gênero e raça/etnia no mundo do trabalho e a questão social

Unidade IV - Expressões Contemporâneas e Formas de Enfrentamento da Questão Social
A Crise do Capital e as Formas Contemporâneas de Expropriação Social
Transformações no mundo do trabalho e manifestações da questão social
Destruição de direitos e a centralidade da assistência social como resposta a questão social no Brasil

4. Bibliografia

ABEPSS. Revista Temporalis 3. Ano II. Rio de Janeiro: ABEPSS, Jan-jun 2001.

AMORIM, Henrique. *Trabalho imaterial:* Marx e o debate contemporâneo. São Paulo: Annablume, 2009.

BRAGA, Ruy. A restauração do capital. Um Estudo sobre a Crise Contemporânea. São Paulo, Xamã, 2006.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social. Editora Vozes, 7a óed. Petrópolis. 2008.

CERQUEIRA FILHO, G. A questão social no Brasil: crítica do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

FERNADES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica. 3ª ed. Rio de Janeiro. Ed. Guanabara, 1987.

FONTES, Virgínia. O Brasil e o Capital Imperialismo – teoria e história. Rio de Janeiro, FIOCRUZ- EPSJV e UFRJ, 2010.

HARVEY, David. O Novo Imperialismo. Edições Loyola, SP, 2004.

IAMAMOTO, Marilda V. O Brasil das desigualdades: "Questão social", trabalho e relações sociais. Revista SER Social. PPGPS/UnB, 2013, p. 326-342. Disponível em http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/9520

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, O. A Ideia de Brasil Moderno. São Paulo: Brasiliense, 1992.

IANNI, Otávio. Raça e classes sociais no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987 (3a edição revista e ampliada).

MARX, Karl. Crítica do Programa de Gotha. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. 1ª edição revista. São Paulo: Boitempo, 2015
MOTA, Ana E. Questão Social e Serviço Social: um debate necessário. In: Ana Elizabete
Mota. (Org.). O Mito da Assistência Social- ensaios sobre Estado, política e sociedade. 3ªed.São Paulo: Cortez, 2013
PIMENTEL, E. Uma "nova" questão social? Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. São Paulo : Instituto Luckács, 2012
ROSANVALLON, Pierre. A Nova questão social. Instituto Teotônio Vilela, Brasília, 1998.
SANTOS, J. S. Questão Social: particularidades no Brasil. São Paulo : Cortez, 2012 - Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 6. Cap. 4, p. 133-179
WANDERLEY, L. E et al. Desigualdade e questão social. São Paulo: EDUC, 2000.

---

1. Título da Disciplina: Seminário Tese 1 e Política Social – 336246 - DR

2. **Ementa**

Disciplina exclusiva de doutorandos/a em processo de elaboração do Projeto de Tese. Elaboração individual e discussão coletiva do projeto de tese a ser organizada pelo/a orientador, podendo envolver os grupos de pesquisa, professores e estudantes do doutorado, tendo por base o desenvolvimento dos projetos de tese. Apresentação sistemática e coordenada do andamento da pesquisa do/a doutorando/a. Ao final da disciplina, o/a doutorando/a deverá apresentar como produto o projeto de tese em condições de qualificação.

---

1. Título da Disciplina: Estado e Políticas Sociais no Brasil – 336262 - DR

2. Ementa

As determinações econômicas, socio-históricas e políticas do surgimento e desenvolvimento das políticas sociais no capitalismo dependente. A condição do trabalho no Brasil e implicações para as políticas sociais. Modernização conservadora e política social. Estado social no Brasil. Neoliberalismo, contrarreforma e política social no Brasil. Política Social : concepção, gestão, financiamento e controle democrático. Política social na contemporaneidade. Direitos sociais e cidadania no Brasil.

3. Conteúdo Programático

Unidade I - Origem e expansão da política social no capitalismo dependente
O capitalismo dependente latino-americano e tensões da formação social no Brasil
A condição do trabalho no Brasil, escravidão e implicações para as políticas sociais
Ditadura, modernização conservadora e expansão da política social
Direitos e particularidades da cidadania no Brasil

Unidade II – Transição democrática e direitos no Brasil
Direitos e políticas sociais na Constituição Federal de 1988
Política Econômica e recomposição burguesa no Brasil
Financerização e política social no capitalismo dependente

Unidade III - Tendências da política social em tempos de crise do capital
Neoliberalismo e contrarreforma do Estado no Brasil
Crise do capital, política econômica e política social.
Implicações da crise para as políticas sociais.
Crítica ao novo desenvolvimentismo.

Unidade IV - Concepção, gestão, financiamento e controle democrático das políticas sociais no Brasil
Concepção e polêmicas conceituais nas políticas sociais: pobreza, desigualdade social, risco, vulnerabilidade, empoderamento
Gestão de políticas sociais, federalismo e privatização
Controle democrático das políticas sociais, democracia e transformismo
(Des)financiamento das políticas sociais

4. Bibliografia

BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2013.

BEHRING, Elaine. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. *Seguridade Social e Trabalho***.** Brasília : Letras Livres/Editora UnB, 2006.

CARVALHO, Ivy. O fetiche do empoderamento: do conceito ideológico ao projeto econômicopolítico. In. MONTANO, C. (org.). *O Canto da sereia: critica a ideologia e aos projetos do terceiro setor.* São Paulo: Cortez, 2014.

CASTELO, Rodrigo. *O Social Liberalismo; auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal.* São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2013.

FAGNANI, Eduardo. *Política social no Brasil: (1964 a 2002): entre a cidadania e a caridade.* Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

FALEIROS, Vicente de P. *A política social do Estado Capitalista.* 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil.* Rio de Janeiro: Globo, 2005.

GRANEMANN, Sara. *Políticas Sociais e Financeirização dos Direitos do Trabalho*. Revista Em Pauta, v. 20. Rio de Janeiro : UERJ, 2007.

IANNI, Octávio. *Raças e classes sociais no Brasil.* São Paulo: Civilização Brasileira, 1972.

IPEA. *Perspectivas da Política Social no Brasil*. Brasília: IPEA, 2010.

JACCOUD, Luciana (Org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil Contemporâneo*. Brasília : IPEA, 2005.

CARLOTO, Cássia; CAMPOS, Marta; MIOTO, Regina (Orgs.). *Familismo, Direitos e Cidadania : contradições da política social.* São Paulo : Cortez, 2015.

MELLO, João Manuel C. de M. *O Capitalismo Tardio*. Brasiliense, São Paulo, 1982.

MOTA, Ana E. (Org.) *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia : crescimento econômico e reprodução da desigualdade.* São Paulo : Cortez, 2012.

MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo : Anita Garibaldi, 1994.

PAIVA, Beatriz Augusto de; ROCHA, Mirella ; CARRARO, Dilceane . *Política Social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência.* Ser Social (UnB), v. 12, Brasília : UnB, 2010.

PEREIRA, Potyara; STEIN, Rosa. Política Social: universalidade versus focalização. Um olhar sobre América Latina. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. M.; MIOTO, R. C. T.. (Org.). *Capitalismo em crise, política social e direitos.* São Paulo: Cortez, 2010, v. , p. 106-130.

SANTOS, Wanderley G dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira.* 2a. edição. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SILVA, Maria L. L. *Previdência Social no Brasil : (des)estruturação do trabalho e condições para sua universalização*. São Paulo : Cortez, 2012.

SOARES, Laura. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis-RJ : Vozes, 2001.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. *A americanização (pervesa) da seguridade social no Brasil.* Rio de Janeiro: Revan, 1998.

----

1. **Título da Disciplina: Exame de Qualificação em Política Social – 336271 - DR**

2. **Ementa**

Disciplina exclusiva para doutorandos/as em processo de elaboração de Projeto de Tese. Aprofundamento das questões de método e procedimentos de pesquisa. A formulação e problematização do objeto de pesquisa. A justificativa da pesquisa e o referencial teórico-metodológico. Ao final da Disciplina deverá ocorrer o exame de qualificação público do Projeto de Tese.

3. **Conteúdo Programático**

Elaboração do Projeto de Tese

4. **Bibliografia**

A Bibliografia será indicada pelo/a docente orientador/a da pesquisa

----

DISCIPLINAS OPTATIVAS

1. **Título da Disciplina: Análise de Políticas Sociais – 336017 – MS/DR**

2. **Ementa**

As Políticas Sociais no Contexto das Políticas Públicas. Distinção entre análise e avaliação de políticas sociais. Análise de políticas sociais e concepção de Estado. Aspectos e dimensões para análise e avaliação das políticas sociais: configuração e abrangência dos direitos; orçamento e financiamento das políticas sociais; gestão e controle social democrático. Indicadores sociais. Análise de políticas sociais no Brasil.

3. **Conteúdo Programático**

Unidade I - Tendências e Principais Abordagens na Análise e Avaliação de Políticas Sociais
As Políticas Sociais no Contexto das Políticas Públicas
Distinção entre análise e avaliação de políticas sociais
Contribuição do método marxista para o estudo das políticas sociais

Unidade II - Análise de políticas sociais e concepção de Estado.
Concepção de Estado e avaliação das políticas públicas sociais
Concepção marxista de Estado e análise de políticas sociais
Concepção neoliberal de Estado e análise de políticas sociais

Unidade III - Dimensões Fundamentais para Análise das Políticas Sociais
Configuração e abrangência dos direitos
orçamento e financiamento das políticas sociais
Gestão e controle social democrático.
Indicadores Sociais.

Unidade IV - Políticas Sociais no Brasil em tempos de contrarreforma e financeirização do capital
Análise de políticas sociais no Brasil.
Análise empírico-factual de políticas sociais concretas

4. **Bibliografia**

AGUILAR, Maria. ANDER-EGG, Ezequiel. Avaliação de serviços e programas sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

ALVES, Adriana. Avaliação de políticas sociais orientada pelo materialismo histórico de inspiração marxiana. Argumentum, Vitória (ES), ano 3, n.3, v. 1, p.125-137, jan./jun. 2011.

ARRETCHE, Marta. Tendências no estudo sobre avaliação. In RICO, Elizabeth (Org.), Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. 4ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2006, p. 29-40.

ARREGUI, Carola. O debate sobre a produção de indicadores sociais alternativos. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 111, p. 529-554, jul./set. 2012.

BEHRING, Elaine. Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009, p. 575-593.
CORREIA, Maria. Sociedade civil e controle social: desafios para o Serviço Social. In BRAVO, Maria; MENEZES, Juliana. Saúde, Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos. São Paulo: Cortez, 2012, p. 293-306.
FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A Política da Avaliação de Políticas Públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, vol. 20, n. 59, outubro 2005, p.97-169.
HÖFLIN, Eloisa. Estado e Políticas Públicas Sociais. São Paulo, Cadernos CEDES, Ano XXI, n. 55, novembro de 2001.
MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas).
MARX, Karl. Para a crítica da economia política. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas).
MULLER, Pierre. SUREL, Yves. A análise das políticas públicas. Pelotas: Educat, 2002.
NETTO. José Paulo. Introdução ao Método na Teoria Social. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009. P. 667-700.
PEREIRA, Potyara; STEIN, Rosa. Política Social: universalidade versus focalização. Um olhar sobre América Latina. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. M.; MIOTO, R. C. T.. (Org.). Capitalismo em crise, política social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010, v. , p. 106-130.
PEREIRA, Potyara. Política social: temas e questões. São Paulo: Cortez Editora, 2008.
SALVADOR, Evilasio; TEIXEIRA, Sandra. ORÇAMENTO E POLÍTICAS SOCIAIS: metodologia de análise na perspectiva crítica. Revista de Politicas Publicas (UFMA), v. 18, p. 15-32, 2014.
SANTOS, Wanderley G dos. Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira. 2a. edição. Rio de Janeiro: Campus, 1987.
SILVA, Maria O. S. Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. São Paulo: Veras Editora, 2001.
TINÔCO, Dinah; SOUZA, Lincoln; LOPES, Alba. Avaliação de políticas públicas: modelos tradicional e pluralista. Revista de Politicas Publicas (UFMA), v. 15, p. 1-32, 2011.
WOOD, Ellen. Democracia contra o capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2006.

---

1. **Título da Disciplina: Seguridade Social e Saúde – 336092 – MS/DR**

2. **Ementa**

Capitalismo, questão social e saúde. Fundamentos teórico - conceituais da Determinação Social do processo saúde e doença. Estado e políticas púbicas de saúde. Sistemas e proteção social em saúde em perspectiva sócio - histórica e no contexto do surgimento e desenvolvimento das políticas sociais no capitalismo. A saúde nas economias capitalistas contemporâneas. Estado, sociedade e o direito à saúde no Brasil. Seguridade social, políticas de saúde no Brasil e a Contra Reforma do Estado brasileiro. O processo da Reforma Sanitária no Brasil e o Sistema Único de

Saúde. Financiamento, regulação do sistema de saúde brasileiro e relação público-privado no SUS. Lutas sociais, direitos sociais e saúde.

3. Conteúdo Programático

Unidade I - Capitalismo e saúde
Relações entre capitalismo, proteção social e saúde.
Concepção de saúde e proteção social: produção social da saúde e determinação social do processo saúde x doença.

Unidade II - Estado, Sociedade e Políticas de Saúde
Características e especificidades das políticas e dos sistemas de saúde.
Complexidade, campos de tensões e contradições dos modelos de proteção social em saúde e de organização dos sistemas de saúde nas economias capitalistas contemporâneas: argumentos econômicos, políticos e sociais acerca da emergência, desenvolvimento e crise dos sistemas nacionais de saúde. A saúde como direito e como esfera econômica e de acumulação de capital.

Unidade III – Seguridade Social e políticas de saúde no Brasil
Tendências e contradições da Seguridade Social no Brasil em contexto de Contra Reforma do Estado brasileiro.
O processo da Reforma Sanitária no Brasil e a construção do Sistema Único de Saúde.
Relação público - privado no SUS.
Regulação do sistema de saúde brasileiro; caracterização do mercado de bens e serviços de saúde.
Financiamento do SUS: descompasso com um sistema universal à saúde.
O direito a saúde no Brasil: desafios, perspectivas e as lutas sociais pelos direitos sociais e implementação de um sistema universal de saúde.

4. Bibliografia

BERLINGUER. G. Medicina e Política. In: Coleção Saúde em Debate. CEBES/ HUCITEC: São Paulo,1978.

BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em contra reforma desestruturação do estado e perda de Direitos. Ed. Cortez. SP, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. Política social no capitalismo: tendências contemporâneas (orgs) São Paulo: Cortez, 2008.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. [el al]. Tratado de saúde coletiva. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009.

DONNANGELO, Maria Cecília F. e PEREIRA, Luiz. Saúde e sociedade. São Paulo, Duas Cidades, 1976.

ENGELS, F. A. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo, Boitempo, 2008.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.

GIOVANELLA, L., ESCOREL, S., LOBATO, L. V. C., NORONHA, J. C., CARVALHO, A. I. (orgs): Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. Fiocruz, CEBES: Rio de Janeiro, 2008.

GERSCHMAN, Silvia. *A democracia inclusa* - um estudo da reforma sanitária brasileira. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1995.

LAURELL, Asa Cristina. A Saúde-Doença como Processo Social, in: Nunes, E. D (org.) Medicina Social: aspectos históricos e teóricos. Global editora, São Paulo, 1983.

_____. Políticas de saúde em conflito: seguro contra os sistemas públicos universais. Rev. Latino-Am. Enfermagem, 2016; 24: e 2668. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v24/pt_0104-1169-rlae-02668.pdf

LIMA, N. T. et. al. (orgs). Saúde e democracia: história e perspectiva do SUS. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

MARSHALL TH. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

MENDES, Áquilas Nogueira. Tempos turbulentos na saúde pública brasileira: impasses do financiamento no capitalismo financeiro. São Paulo: Hucitec, 2012.

NOGUEIRA, Roberto Passos (Org.) Determinação Social da Saúde e Reforma Sanitária – Rio de Janeiro: Cebes, 2010.

PAIM, J. Reforma sanitária Brasileira: contribuição para compreensão e crítica. Salvador: EDUFBA, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.

ROSEN, George. Da polícia médica à medicina social: ensaios sobre a história da assistência médica. Rio de Janeiro, Editora Graal, 1979.

RODRIGUES, Paulo Henrique de Almeida e SANTOS, Isabela Soares (Orgs). Políticas e riscos sociais no Brasil e na Europa: convergências e divergências. Rio de Janeiro: Cebes; São Paulo: Hucitec Editora, 2017.

TEIXEIRA, Sônia Fleury (org.) Reforma Sanitária: em busca de uma teoria. São Paulo: Cortez, 1989.

VIANNA, Maria Lucia Werneck. *A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil:* estratégias de bem estar e políticas sociais. 2 ª edição Rio de Janeiro: Revan: UCAM, IUPERJ, 2000.

---

1. **Título da Disciplina: Seguridade Social e Assistência Social – 336114 – MS/DR**

2. **Ementa**

A Seguridade Social no capitalismo. Do Estado Social ao Estado do Trabalho. Particularidades da Seguridade Social na Constituição Federal de 1988 em contexto de crise do capital. A assistência social como política pública. Da regulamentação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) à consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A centralidade dos Programas de transferência de renda e a focalização na extrema pobreza. Políticas de Ativação.

3. **Conteúdo Programático**

Unidade I - A Seguridade Social no capitalismo

O sentido do Estado Social no capitalismo
Tendências da seguridade social e padrões de proteção social nos países capitalistas centrais e periféricos
Do Estado Social ao Estado do Trabalho
Concepções e estratégias legitimadoras: risco social, Individuação, ativação para o trabalho

Unidade II - A Seguridade Social na Constituição Federal Brasileira de 1988 em contexto de crise do capital

O processo de construção e desmonte da seguridade social brasileira
Debates e embates no legislativo federal: do Centrão Constituinte ao conservadorismo contemporâneo
A configuração da Seguridade Social no Brasil e as contrarreformas neoliberais em contexto de crise

Unidade III - A Assistência Social como política pública no Brasil: da regulamentação da PNAS à consolidação do SUAS.
A assistência como política de seguridade social: o processo de construção, debates e embates
Legislação e normas
Concepção, gestão, controle e financiamento da política de assistência social

Unidade IV: A centralidade dos programas de transferência de renda condicionada no contexto da proteção social

Crise do capital e transformações no mundo do trabalho : particularidades do Brasil
A expansão da assistência social e as políticas de ativação
A centralidade dos programas de transferência de renda condicionada

4. Bibliografia

ANFIP. Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil. Análise da Seguridade Social (diversos anos).
(https://www.anfip.org.br/doc/publicacoes/20161013104353_Analise-da-Seguridade-Social-2015_13-10-2016_Anlise-Seguridade-2015.pdf)

BOSCHETTI, Ivanete. A Insidiosa Corrosão dos Sistemas de Proteção Social Europeus. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 112, p. 754-803, out./dez. 2012 (http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n112/08.pdf)

BOSCHETTI, Ivanete. Assistência social e trabalho no capitalismo. São Paulo : Cortez, 2016

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social e Trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil. Brasília : Letras Livres : Editora UnB, 2006. (Cap. V, VI e VII, p. 142-262)

CASTEL, Robert. A insegurança social: o que é ser protegido? Trad. De Lúcia M. Endlich Orth. Petróplis, RJ : Vozes, 2005.

CASTELO, R. O social-liberalismo: auge e crise da supremacía burguesa na era neoliberal. 1ª ed., São Paulo : Expressão Popular, 2013 (Parte 2 – A supremacía neoliberal e os intelectuais do social-liberalismo).

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. A política de assistência social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, Berenice Rojas et all (Orgs.). O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. São Paulo : Cortez, 2008, p. 32-65.

DARDOT, P.; LAVAL, C. A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. Trad. Mariana Echalar. 1ª ed., São Paulo : Boitempo, 2016.

ERANSUS, Begoña Pérez. Políticas de Activación y Rentas Mínimas. Madrid : Cáritas; Fundción Foessa, 2005 (Parte 3 – Políticas de activación: asistencia social y trabajo en la sociedad postindustrial), p.115-176.

GOUGH, Ian. Capital Global, necesidades básicas y políticas sociales. Argentina : Miño y Dávila, 2003 (Cap. 1 – Las necesidades del capital y las necesidades de las personas: ¿puede el Estado de Bienestar reconciliarlas?), p. 19-52.

MESQUITA, Ana; MARTINS, Raquel; CRUZ, Tânia. Cofinanciamento e responsabilidade federativa na política de assistência social. Rio de Janeiro: IPEA, 2012 (Texto para discussão, 1724) Em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1724.pdf

MOTA, A. E.; TAVARES, M. A. Trabalho e expropriações contemporâneas. In: MOTA, A. E.; AMARAL, A. (Orgs.). Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social Brasileiro. São Paulo : Cortez, 2016, p.229-251.

MOTA, Ana Elizabete. A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In. MOTA, Ana Elizabete (0rg.). O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 2ª Ed. rev. e ampl. – São Paulo : Cortez, 2008, p. 133-146.

PAIVA, A. B.; MESQUITA, A. C. S.; JACCOUD, L.; PASSOS, L. O Novo Regime Fiscal e suas implicações para a política de Assistência Social no Brasil. IPEA, Nota Técnica nº 27, Brasília, 2016. http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160920_nt_27_disoc.pdf

PEREIRA, Potyara A. P. e STEIN, Rosa Helena. Política Social: universalidade versus focalização. Um olhar sobre a América Latina. In BOSCHETTI, Ivanete et all (org.). Capitalismo em crise: Política Social e direitos. São Paulo, Ed. Cortez, 2010 (pp. 106-130).

PEREIRA, Potyara A. P. A Assistência social na perspectiva dos direitos : crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília, Ed. Thesaurus, 1996.

SALVADOR, Evilásio. O controle democrático no financiamento e gestão do orçamento da Seguridade Social no Brasil. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 11, n.1,p.40-51,jan./jul.2012. http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/11659/8064

SERRANO PASCUAL, Amparo; FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Carlos J.; ARTIAGA LEIRAS, Alba. Ingenierías de la subjetividad: el caso de la orientación para el empleo. In: Reis 138, abril-junio 2012, pp. 11-32 (http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS_138_031333354210349.pdf)

SILVA, Maria Ozanira da Silva (Coord.). O Bolsa Família. Verso e Reverso. Campinas : Papel Social, 2016.

---

1. Título da Disciplina: Seguridade Social e Previdência Social – 336106 – MS/DR

2. **Ementa**

Previdência social no capitalismo. Concepções de seguridade social e previdência social. Previdência social no Brasil e as diversas perspectivas analíticas. Estado, sociedade e seguridade social no Brasil. Trabalho e previdência social. O fundo público e o financiamento da seguridade. Benefícios e modelos de gestão da previdência social. Relação previdência, assistência e saúde. Crise do capital, financeirização, contrarreforma e tendências previdência e da seguridade social.

3. **Conteúdo programático**:

Unidade I: Antecedentes históricos e origens da política social a partir dos seguros sociais vinculados ao trabalho assalariado e da seguridade social

As lutas pela redução da jornada de trabalho: a conquista da legislação fabril inglesa entre 1833 e 1864 e suas repercussões em outros países

As lutas de 1848/9 e importância para as primeiras regulações capital/trabalho

A Comuna de Paris e os direitos proclamados e experimentados

O surgimento dos primeiros seguros sociais condicionados ao trabalho assalariado

A Constituição Mexicana de 1917 e a Constituição da Republica Alemã de 1919 pioneiras na positivação de direitos fundamentais sociais

Origens e concepções de seguridade social

Unidade II - Acumulação do capital, organização do trabalho e Previdência Social

A política social de previdência no capitalismo, determinantes, características e funções

Acumulação do capital, organização do trabalho e política social no contexto do fordismo/keynesiansmo e da chamada "acumulação flexível"

Unidade III – Organização e características da previdência social no Brasil entre as décadas de 1920 e 1980: diferentes perspectivas de análises

As visões de previdência social "paternalista", "elitista", "corporativa" e de "cidadania regulada", "populista" e "tecnocrática" de 1920 a 1960

A visão de previdência social como conquista dos trabalhadores. Do regime de capitalização ao de repartição simples de 1930 a 1960

A perspectiva de multideterminação tendo o padrão de acumulação hegemônico, a condição estrutural do trabalho e pressão dos trabalhadores como centrais de 1920 a 1980

Entre 1966-1983: o modelo privatista de assistência à saúde, o acirramento da crise da previdência e a criação do Sinpas antes da instituição da seguridade social em 1988

Unidade IV - Estado e sociedade social: tensões e lutas na formulação e (não) implementação da seguridade social no Brasil

O contexto político e a instituição da seguridade social no Brasil pela Constituição Federal de 1988: o processo constituinte e sujeitos envolvidos

Características, objetivos, a relação entre previdência, assistência e saúde e o significado da Seguridade Social na Constituição Federal de 1988

O fundo público e o modelo de financiamento e gasto da seguridade social. Mudanças Recentes. Renúncias tributárias. O orçamento da seguridade social: balanços recentes entre receitas e despesas e a importância de cada fonte no financiamento dos gastos

Concepção e (não) reconhecimento da previdência social como política de seguridade;

Modelos de gestão, benefícios e beneficiários da previdência social

Crise do capital, dívida pública, financeirização e contrarreforma da previdência social no Brasil desde a década de 1990: argumentos, mudanças e orientações

Unidade V - Relações entre Previdência social e trabalho em anos recentes no Brasil e as tendências da previdência social e da seguridade social

A (des) estruturação do trabalho e a cobertura da previdência social no Brasil no final do século XX e nas primeiras década do século XXI: indicadores do trabalho, cobertura previdenciária, perfil dos contribuintes e dos não contribuintes

As tendências de mercantilização e redução da previdência social e da saúde e assistencialização da seguridade social

Condições para avanços da previdência social na direção da universalização no contexto da (dês)estruturação do trabalho e da seguridade social no Brasil

4. Bibliografia:

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social:* fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social; v. 2.).

BOSCHETTI, I. *Seguridade Social e Trabalho, paradoxo na construção das políticas de previdência e Assistência social no Brasil*. Brasília: L. Livres, 2006.

BRAVO, M.I. e PEREIRA, P.A.P. *Políyica Social e Democracia*. São Paulo: Cortez, 2001.

CHESNAIS.. *A finança Mundializada*. Trad. R.Marques e P. Nacatani. São Paulo:Boitempo, 2005.

COHN, Amelia. Previdência Social e processo político no Brasil. São Paulo: Moderna, 1981.

FALEIROS, Vicente de Paula. *A Política social do Estado Capitalista*. 8ª ed. Revista.

FLEURY, S.A *seguridade inconclusa*. In: FLEURY, S. *A era FHC e o governo Lula: transição?* Brasília, Inesc.2004.

GOUGH*, Ian. Economia política del Estado del bienestar.* Traducción: G.R. Cabrero. Madrid: H.Blume Ediciones, 1978.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 13ª. Ed. São Paulo: Loyola, 2004. Parte II (p. 114-184)

MALLOY, J. M.Política de Previdência Social no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1986

MARX, K. "A jornada de Trabalho". In: *O Capital*: critica da economia política. Livro 1. O Trad. Rubens Enderle. 1ª ed. revista. São Paulo: Boitempo,2015. P.349-374.

MARX, K. *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*. Trad. Nélio Scheneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX,K. *A guerra civil na França*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo:Boitempo, 2011.

MESA-LAGO, Carmelo. *As reformas da previdência na America Latina e os seus impactos nos princípios de seguridade social.* Trad. SPPSP. Brasília: Ministério da Previdência Social, 2007

MESZAROS, Istvan. A crise Estrutural do Capital. SãoPaulo: Boitempo, 2009

MESZAROS, Istvan. A crise Estrutural do Capital. SãoPaulo: Boitempo, 2009.

MOTA. A. E. S. F. *Cultura da Crise e Seguridade Social*: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MOTA, Ana. O mito da assistência social. 2ª Ed Revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 2009.
OLIVEIRA, Jaime. Teixeira, Sônia Maria. (Im)Previdência Social. Petrópolis: Vozes, 1986.
SALVADOR, E. *Fundo Público e Seguridade Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.
SALVADOR, E.; BEHRING, E. e et. al. In: *Financeirização, Fundo Público e Política Social*. S.Paulo: Cortez, 2012.
SANTOS, W. G. *Cidadania e Justiça*. 2ª Ed.revisada e atualizada. Rio de Janeiro: Campus, 1987
SILVA, Maria Lucia Lopes da. *Previdência Social no Brasil: (des)estruturação do Trabalho e Condições para sua universalização*. SPaulo: Cortez, 2012.
SER social. Previdência social e trabalho. Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social /Universidade de Brasília. Departamento de Servico Social. Brasília: SER
Social. V. 18, n. 39, p. 315-760. 2. sem./2016. ISSN 2178-8987 (versão eletrônica)
VIANNA, M.L.W. A Americanização (perversa) da seguridade social no Brasil. Estratégias de bem estar e políticas públicas. R.Janeiro: Revan: UCAM/IUPERJ,1998.

---

1. Título da Disciplina: Questão Urbana e Políticas para a Cidade – 336041 – MS/DR

3. **Ementa**

Fundamentos para pensar a cidade a partir da questão urbana. Concepção da cidade em relação ao estado capitalista e seu papel no estabelecimento da política urbana. A dinâmica do capital na formação do espaço urbano. Políticas urbanas no contexto do capitalismo financeiro. A função da política urbana na reprodução do capital e da força de trabalho. O processo de segregação socioespacial. Politicas urbanas brasileiras: origem, evolução, financiamento e impactos sociais.

4. **Conteúdo Programático**

Unidade I – Capitalismo, propriedade privada e a questão urbana
O Estado capitalista e a questão urbana
A produção do espaço urbano
A revolução urbana
Viver em risco: a Vulnerabilidade socioeconômica e civil

Unidade II – A Cidade do Capital
Teorias da Cidade
A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas
Sentidos da sustentabilidade urbana

O Direito à cidade
A política urbana sob o domínio do capital financeiro

Unidade III – Fundamentos críticos para análise da problemática da habitação brasileira

Favelas: retratos de uma cidadania negada
Política habitacional brasileira
Cidades no Brasil: alternativas para a crise urbana
Poder e cidadania nas políticas urbanas
Interlocuções urbanas: cenários, enredos e atores

5. **Bibliografia**

AMMANN, Safira B. Excluídos sim. Invasores não. In: PAVIANI, Aldo. Urbanização e metropolização. Brasília, Ed.UnB.1987 ASCSELRAD, Henri. Sentidos da sustentabilidade urbana. In: ASCSELRAD, H. A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BARBARA, Freitag. Teorias da Cidade. Campinas, Papirus, 2006

CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 590 p. (Coleção pensamento crítico v. 48)

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. Tradução de Ruy Braga. França: Les Temps Modernes, 2000.

CORREA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1995.

DAVIS, Mike. Planeta Favela. Rio de Janeiro, Boitempo, 2006.

ENGELS, Friedrich. Para questão da habitação. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988.

HARVEY, David. Espaços da Esperança. São Paulo, Edições Loyola.2004

KOWARICK, Lúcio. Viver em risco: sobre a Vulnerabilidade socioeconômica e civil São Paulo, Editora 34, 2009

LEFEBVRE, Henri. A cidade do capital. 2. ed. Rio de janeiro: DP & A, 2001.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. 2. reimpr. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 1999.

LOJKINE, Jean. O Estado capitalista e a questão urbana. São Paulo: M Fontes, 1981. 337 p

MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana

MARQUES, M.F.C.; FERNANDES, L.L.; MAIA, R.S (org.).Interlocuções urbanas: cenários, enredos e atores. Rio de Janeiro, Ed.Arco-iris.2008

PAVIANI, A (org.). Brasília 50 anos: da capital a metrópole. Brasília, Editora UnB, 2ª Ed.2010.

QUINTAS urbanas II: poder e cidadania nas políticas urbanas. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

RAMOS, Maria Helena Rauta. Metamorfoses sociais e políticas urbanas. Rio de janeiro: DP & A, 2002. 276 p.

ROLNIK, Raquel. O que é cidade? 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
SANTOS, Milton. Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo. São Paulo, Ed.da USP. 2009.
SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Política habitacional brasileira: Verso e reverso. São Paulo: Cortez Editora, 1989. 199 p.
SOUZA, Perci Coelho de. Uma crítica francesa acerca do espaço urbano. In: Revista SER Social N 17, Brasília, 2006.

---

1. **Título da Disciplina: Questão Agrária e a Luta pela Terra – 336050 – MS/DR**

2. **Ementa**

Questão Social e Questão Agrária. Questão agrária e o capitalismo no Brasil. Questão agrária e o desenvolvimento social, político e econômico do Brasil. Causas que conformam a questão agrária e suas manifestações. Movimentos sociais em luta pela conquista da terra. Mercado de Terras e a Questão Agrária face ao Capitalismo Financeiro. A Questão Agrária: conflituosidade e desenvolvimento territorial. Políticas sociais destinadas ao enfrentamento da questão agrária.

3. **Conteúdo Programático**

Unidade I – Fundamentos da Questão Social e a Questão Agrária
Capitalismo e questão social
Acumulação primitiva, expropriação e a questão agrária
Estado, classes e a questão agrária

Unidade II – Questão Agrária e Capitalismo no Brasil
A questão agrária no Brasil
Fundamentos econômicos da ocupação territorial no Brasil
As estruturas agrárias na formação do excedente
O subdesenvolvimento agrário e o subdesenvolvimento
Origens Agrárias do Estado Brasileiro

Unidade III – Questão Agrária e a Luta pela Terra
Classes agrárias e sociedade nacional
A questão agrária e a democracia
Atualidade e os desafios da questão agrária
As políticas sociais voltadas para a questão agrária
Os movimentos sociais e a luta pela terra
A questão agrária brasileira e a luta pelo socialismo

4. **Bibliografia**

DELGADO, Guilherme da Costa, Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio. Porto Alegre, UFRGS, 2012.
DELGADO, Guilherme da Costa; Capital Financeiro e Agricultura no Brasil. São Paulo, Editora Ícone, 1985.

DELGADO, Guilherme Economia do Agronegócio como pacto do poder com os donos da terra. Revista ABRA, Edição Especial julho/2013.

FAORO, Raymundo, Os Donos do Poder, São Paulo, Ed. Globo 2001.

FERNADES, Bernardo Manzano. A Questão Agrária: conflituosidade e desenvolvimento territorial. In STÉDILE, João Pedro (org.) A questão agrária no Brasil, vol 7 Ed. São Paulo, Expressão Popular 2013.

FERNANDES, Florestan; A Revolução Burguesa no Brasil, Rio de Janeiro, Ed Zahar 1974.

FREYRE, Gilberto, Casa Grande & Senzala, Rio de Janeiro, Ed Record, 1992.

FURTADO, Celso Formação Econômica do Brasil- Primeira parte: fundamentos econômicos da ocupação territorial; Segunda parte Economia Escravista de Agricultura Tropical Série Grandes Pensadores, São Paulo, PubliFolha, 2000.

FURTADO, Celso, Introdução ao Desenvolvimento. Secções As estruturas agrárias na formação do excedente. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2000.

FURTADO, Celso, Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico, Secção: O subdesenvolvimento agrário e o subdesenvolvimento. São Paulo, Cia Editora nacional, 1983.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio, São Paulo, Editora Paz e Terra, 1977.

IANNI, O. A questão social. In: A ideia de Brasil moderno. São Paulo: Brasiliense. 1996. p. 87-112.

IANNI, Octávio, Origens Agrárias do Estado Brasileiro. Segunda parte: Classes Agrárias e Sociedade Nacional; terceira parte Agricultura e Estado. São Paulo, Editora Brasiliense, 2004.

MARX, Karl. Assim Chamada Acumulação Primitiva. O Capital, Volume 1, Livro Primeiro, Tomo 2, Capítulo XXIV. Coleção Os Economistas. São Paulo. Ed. Victor Civita, 1984.

PEREIRA, P.A.P. Perspectivas teóricas sobre a questão social no Serviço Social. In: Temporalis 7. Ano IV. Porto Alegre: ABEPSS, Jan-jun 2004, p. 112-122

PRADO JR, Caio. História Econômica do Brasil, São Paulo, Ed Brasiliense 2010.

PRADO JR., Caio Prado; História Econômica do Brasil - seções: A República Burguesa 1889-1930 e Expansão e Crise da Produção Agrícola. São Paulo, Editora Brasiliense 1973.

RANGEL, Ignácio. Obras Reunidas, volume 2: A questão agrária brasileira; Recapitulando a Questão Agrária ; A Questão Agrária e o Ciclo Longo; Crise Agrária e Metrópole. Rio de Janeiro, Ed Contraponto, 2005

RIBEIRO, Ivan Otero, A agricultura e o capitalismo no Brasil (1975) in SANTOS, Raimundo (org) Agraristas Políticos Brasileiros, NEAD/MDA/BR 2007.

RIBEIRO, Ivan Otero, A questão agrária e a democracia. In Revista Presença, ano 1 volume 1, 1983, Rio de Janeiro, Ed Caetés.

SAMPAIO JR, Plinio de Arruda, Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária in A questão agrária no Brasil vol. 8 STÉDILE, João Pedro (org.). São Paulo, Ed Expressão Popular, 2013.

SAMPAIO, Plinio de Arruda, A questão agrária brasileira e aluta pelo socialismo in A questão agrária no Brasil vol. 8 STÉDILE, João Pedro (org). São Paulo, Ed Expressão Popular, 2013.

SIMONSEN, Roberto C.; História Econômica do Brasil (1500/1820). São Paulo, Cia Editora Nacional,1978.

SORJ, Bernardo, Estado, Classes Sociais e Agricultura Brasileira. Secção: As transformações na estrutura de classes e a estrutura fundiária. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1980.

SZMRECSÁNYI, Tamás e SUZIGAN Wilson (org). História Econômica do Brasil Contemporâneo. Capítulo V: Modernização da Agricultura. São Paulo, Editora Hucitec, 2002.
TEIXEIRA, Gerson A sustentação Política e Econômica do Agronegócio no Brasil; Revista ABRA, Edição Especial, Julho/2013
TEIXEIRA, Gerson, Os indícios do agravamento da concentração da terra no Brasil no período recente. In A questão agrária no Brasil vol 7 STÉDILE, João Pedro (org). São Paulo, Ed Expressão Popular, 2013.
VINHAS, Moises A Terra o Homem As Reformas. São Paulo, Ed Graal, 1980.
VINHAS, Moises. Problemas Agrário – Camponeses do Brasil. São Paulo, Ed Civilização Brasileira, 1972.

---

1. Título da Disciplina: Política Social, Infância, Adolescência e Juventude – 336068 – MS/DR

2. Ementa

A formulação de políticas para a infância, adolescência e juventude nos diferentes contextos sociais, econômicos e políticos e seus paradigmas de fundamentação no âmbito das ciências sociais e humanas. Situação da infância e juventude e das respostas dos programas sociais e das ações do judiciário. A política de controle e monitoramento da rede de atenção à luz do orçamento público.

3. Conteúdo Programático

Unidade I – As Políticas para a infância, adolescência e juventude nos diferentes contextos sociais, econômicos e políticos e seus paradigmas de fundamentação no âmbito das ciências sociais e Humanas

A política social voltada para a infância e juventude e seus paradigmas de fundamentação

As principais determinações e diferentes configurações históricas das Políticas para Infância, adolescência e juventude

A indissociabilidade entre os aspectos sociais, econômicos e políticos e as Políticas para Infância, adolescência e juventude.

As mudanças ocorridas nas normativas nacionais e internacionais com ênfase no paradigma da proteção para crianças, adolescentes e juventude como expressões da contrarreforma e processo de desmonte do Estado de Direito e a emergência do Estado Penal

Unidade II - Análise de situação da infância e juventude e das respostas dos programas sociais e das ações do judiciário

O caráter e o significado da pobreza e da desigualdade social e das violências daí decorrentes : o trabalho infantil, gênero, raça, diversidade sexual e outras expressões da da questão social

Contraponto entre os indicadores relativos ao acesso da infância e juventude nas políticas setoriais e no judiciário (quando envolve a questão sócio jurídica) e as

diretrizes os princípios organizacionais de tais políticas: a questão da incompletude, intersetorialidade, territorialidade e a descentralização
Diretrizes e princípios do sistema de garantias de direitos (SGD) por meio de articulação em redes das ações de setores governamentais e não governamentais, conforme Art. 86 do ECA/90, relativos a promoção, a defesa e a responsabilização e ao controle social

Unidade III - A política de controle e monitoramento da rede de atenção as crianças, aos adolescentes e a juventude à luz do orçamento público
Os fundamentos das políticas de controle e a de orçamento voltadas para as crianças, adolescentes e jovens
Os conceitos de democracia representativa e democracia participativa tendo como objeto de análise as forças sociais voltadas para este segmento tais como: fóruns, conselhos, comitês, movimentos e redes

4. Bibliografia

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de janeiro: LTC, 2006. Págs. 01 a 16.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Almeida, Tânia Mara Campos. Políticas públicas de gênero. In. Dicionário feminino da infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência. Organizado por Elizabeth Fleury-Teixeira e Stela N. Meneghel.- Rio de Janeiro: Editora Fiocruz,2015

BERING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI. Ivanete: Política Social no Brasil contemporâneo: entre a inovação e o conservadorismo. IN. Política social e fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2008 - (biblioteca básica de Serviço Social; v.2), Págs. 147- 178.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do estado. Disponível em: http://www.moreira.pro.br/textose37.htm, acessado em: 02/04/2009

FALEIROS, Vicente de Paula. Dez anos de estatuto da criança e do adolescente: avaliando resultados e planejando o futuro. CECRIA/Amencar. Brasília, 2000.

KARL. Marx. " A assim chamada acumulação primitiva". O Capital. Capítulo XXIV. Disponível em: http/WWW.passeidireto.com. /Karl Marx-o capital-capitulo XXIV.

LEAL. Maria Lucia Pinto. A mobilização das Ongs no Enfrentamento da Exploração sexual de Crianças e Adolescentes. Brasília: ED. UnB, 2014.

LOIC. Wacquant. Punir os pobres: A nova gestão da miséria nos Estados Unidos: Tra. Sérgio Lamarão. 3.ed.rev.amp.Rio de Janeiro: Revan; Instituto carioca de criminologia,2007.

MENDEZ, Emílio Garcia. Infância e cidadania na américa latina. São Paulo: Hucitec, Instituto Airton Senna, 1998.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.

RENNELS, Jennifer L. e LANGLOIS, Judith H. Children's Attractiveness, Gender, and Race Biases: A Comparison of Their Strength and Generality. Disponívelem:<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4107158/pdf/nihms549647.pdf>. Acessado em: 05 de jun. 2017.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. A arte de governar crianças. Rio de Janeiro: AMAIS e Universitária Santa Úrsula, 1995.

SANTOS, Benedito dos Santos. Torres, Abigail Silvestre. Deslandes, Suely Ferreira. Desenvolvimento de paradigmas de proteção para crianças e adolescentes brasileiros. In Teoria e Prática dos conselhos tutelares e conselhos de direitos da criança e do adolescente. Rio de Janeiro, RJ:

SILBERSCHNEIDER, Wieland. (Org.). De olho no Orçamento Criança. São Paulo, 2005. 158 p. (Cadernos 1 e 2). Disponível em: http://www12.senado.gov.br/orcamento/documentos/programas-sociais/tematicocrianca/2012/elaboracao/430-caderno-apurando-o-orcamento-crianca-pdf.

VIEIRA, Evaldo Amaro. O Estado e a sociedade civil perante o ECA e a LOAS. Revista Serviço Social de Sociedade Nº 56; Cortez, São Paulo, 1998.

---

1. **Título da Disciplina: Política Social Educação – 336076 – MS/DR**

2. **Ementa:**

Estado, Sociedade, Economia e Educação: reprodução e transformação. Educação Justiça Social e Desigualdades Estruturais. Teoria e Prática da Política Educacional: regulação e trabalho escolar. Federalismo: Legislação e financiamento da educação. Direito à Educação e Assistência Social: Programas Compensatórios e Condicionalidades. Educação e Trabalho: vinculações históricas e atuais.

3. **Conteúdo Programático**

Unidade I - Breve introdução à Política Social Educação

Caracterização da Política Educacional como política social social

Sistema educacional como mediação entre Sociedade Civil, Conhecimento e Estado

Noções de Economia da Educação: a relação entre educação, trabalho e desenvolvimento

Capital humano e capital social

Unidade II – Lutas pelo Direito à Educação

Contradições e lutas em torno ao sistema educacional: suas expressões na constituinte, na legislação educacional pós-constituinte e no financiamento do direito à educação

Algumas controvérsias: descentralização e federalismo, ensino público e privado, participação democrática e autonomia, qualidade versus quantidade

Unidade III – As Reformas Educacionais na América Latina

Análise das tendências políticas, ideológicas e econômicas das reformas educacionais Pós Década de 1990 e suas especificidades na América Latina

Regulação no Contexto das Reformas Educacionais: Estado Avaliador e Quase Mercado
O papel dos organismos internacionais na definição das políticas nacionais e seus impactos das reformas no trabalho escolar

Unidade IV – Educação como Política Pública
Educação e Justiça Social: do ideal republicano de igualdade de oportunidades ao paradigma da eficácia neoliberal
A educação como política pública: entre as identidades específicas e os interesses universais
Política Educacional e Política de Assistência Social
Relações de classe, gênero e raça: circuitos e trajetórias educacionais
Política Educacional e Políticas Transversais.

4. Bibliografia

ALGEBAILE, Eveline. *Escola Pública e Pobreza no Brasil. A ampliação para menos.* Rio de Janeiro: Lamparinha / Faperj, 2009.

APPLE, Michael W., *Para além da lógica do mercado. Compreendendo e opondo-se ao Neoliberalismo*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

CARREIRA, Denise et. Al. *Gênero e Educação: Fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais*. São Paulo: Ação Educativa/Cladem/ECOS/Geledés /FCC, 2016.

CASTEL, Robert, *A discriminação negativa: Cidadãos ou autóctones?* Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

CFESS, *Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação*. Brasília: CFESS-CRESS/Grupo de Trabalho Conjunto Serviço Social na Educação, 2013.

FILICE, Renísia C. G. *Raça e Classe na gestão da educação básica brasileira: a cultura na implementação de políticas públicas*. Campinas/SP: Editores Associados, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1995.

GOUVEIA, Andrea B. et al. *Federalismo e políticas educacionais na efetivação do direito à educação no Brasil.* Brasília: Ipea, 2011.

KRAWCZYK, Nora; VIEIRA, Vera L. *Uma perspectiva histórico-sociológica da Reforma Educacional na América Latina. Argentina, Brasil, Chile e México nos anos 1990.* Brasília/DF: Liberlivro, 2002, segunda edição.

LIBÂNEO, José C.; OLIVEIRA, Jõao F. de; TOSCHI, Mirza S. *Educação Escolar – Políticas, Estrutura e Organização*. São Paulo: Cortez, 2012, 10 edição ampliada e revista.

MANHAS, Cleomar (org.). *Quanto custa universalizar o Direito à Educação?*. Brasília: INESC, 2011.

MESZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008, 2 edição.

OLIVEIRA, Dalila A., DUARTE, Adriana C.; VIEIRA, Livia F. (orgs.). *Dicionário de trabalho, profissão e condição docente.* Belo Horizonte: Faculdade de Educação-UFMG, 2010.

PEREGRINO, Mônica. *Trajetórias desiguais: um estudo sobre os processos de escolarização pública de jovens pobres*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PIRES, Valdir. *Economia da Educação*. São Paulo: Cortez, 2005.

PONCE, Aníbal. *Educação e luta de classes*. São Paulo: Editora Cortez, 2010, 23 edição.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia*: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. Campinas: Autores Associados, 2009, 41 edição revista.

TEODORO, António; JEZINE, Edineide (orgs.). *Organizações Internacionais e Modos de Regulação das Políticas de Educação: Indicadores e comparações internacionais.* Brasília: Liberlivro, 2012.

TONET, Ivo. Educação contra o capital. Sào Paulo, Instituto Lukacs, 2014

VAN ZANTEN, Agnes (Coord.). *Dicionário de Educação.* Petrópolis/RJ: Vozes, 2011, p. 640-645.

YANNOULAS, Silvia C. (coord.), *Política Educacional e Pobreza – Múltiplas abordagens para uma relação multideterminada*. Brasília: Liberlivro, 2013.

---

1. **Título da Disciplina: Trabalho, Sociabilidade e Política Social – 336084 – MS/DR**

2. **Ementa**

O debate sobre a categoria trabalho e sua centralidade na vida social. A compreensão do trabalho sob a perspectiva ontológica. Os sentidos do trabalho na sociedade capitalista: concepções, tendências e polêmicas. Trabalho, propriedade privada e propriedade social. As transformações no mundo do trabalho e suas consequências para a classe trabalhadora. Precarização do trabalho, desemprego e terceirização. Trabalho, Sindicalismo e luta de classes no Brasil. Trabalho, direitos sociais e saúde da classe trabalhadora. Desigualdade de gênero e étnico-racial no mundo do trabalho. As políticas de trabalho, emprego e renda no Brasil.

3. **Conteúdo Programático**

Unidade I - Trabalho e Sociabilidade no capitalismo

O debate sobre a centralidade e os sentidos do trabalho

Trabalho: concepções, tendências e polêmicas

Trabalho, propriedade privada e propriedade social

Unidade II - Transformações no mundo do trabalho e consequências para a classe trabalhadora

Trabalho, reestruturação produtiva e as transformações societárias recentes

Trabalho, desemprego e precarização no capitalismo contemporâneo

Trabalho, sindicalismo e classes sociais no Brasil

Unidade III - Trabalho, direitos e políticas sociais no Brasil

Mercado de trabalho, direitos sociais e as políticas de trabalho, emprego e renda no Brasil

Trabalho, direitos e saúde da classe trabalhadora

Unidade IV - Desigualdade de gênero e raça no mundo do trabalho

Desigualdade de gênero e a divisão sexual do trabalho no capitalismo

Mercado de trabalho e desigualdade étnico-racial no Brasil

Unidade V - Trabalho e Educação

Trabalho e Educação: o debate sobre Formação e Qualificação Profissional

4. Bibliografia

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho:* reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2005.

AMORIM, Henrique. *Trabalho imaterial:* Marx e o debate contemporâneo. São Paulo: Annablume, 2009.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho:* ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. *A economia solidária como política pública*: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado*: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

GORZ, André. *Adeus ao proletariado:* para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna.* 25ª ed. São Paulo: Loyola, 2014.

HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho?* Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

LUKÁCS, Gyorgy. *Para uma ontologia do ser social II.* São Paulo: Boitempo, 2013.
LUKÁCS, Gyorgy. *Para uma ontologia do ser social I.* São Paulo: Boitempo, 2012.
MARX, Karl. *O capital:* crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Livro I, Trad. Rubens Ederle. 1ª ed. Revista. São paulo :Boitempo, 2015.
MARX, Karl.*Manuscristos Economicos e filosoficos*.1ª ed. São Paulo : Boitempo, 2004
MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico:* o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.
MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital.* São Paulo: Boitempo, 2009.
OFFE, Claus. *Trabalho e Sociedade*: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, p.13-41.
POCHMANN, Márcio. *O mito da grande classe média*: capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo, 2014.
SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita (Org). *Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil contemporâneo*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

---

1. Título da Disciplina: Planejamento, Fundo Público e Política Social – 336122 – MS/DR

2. Ementa

Planejamento e sua condição na sociedade capitalista. Emergência do planejamento na esfera pública. Correntes teóricas sobre planejamento. Tendências históricas do planejamento e fundo público no Brasil. Planejamento, políticas sociais e Estado. Fundo público e orçamento público. Crise do capital, planejamento e fundo público. Fundo público, política social, capital portador de juros, capital fictício.

3. Conteúdo Programático

Unidade I - Aproximações ao debate do planejamento e fundo público no capitalismo

Unidade II - Emergência do planejamento na esfera pública e correntes teóricas sobre planejamento
Emergência do planejamento na esfera pública e a condição do fundo público nocapitalismo
Correntes teóricas sobre planejamento

Unidade III - Tendências históricas do planejamento e fundo público no Brasil
Desenvolvimento desigual e combinado e crítica às perspectivas “dualista” e “etapista”
Tendências históricas do planejamento e fundo público no Brasil

Unidade IV - Processo de formulação e implementação de políticas sociais e tipos de planejamento

Formulação de Políticas Sociais em tempos de contrarreforma do Estado
Tipos de Planejamento Social
Planejamento, democracia e participação

Unidade V - Fundo Público e Orçamento
Fundamentos teóricos e históricos do fundo público à luz da crítica marxista da economia política
Processo e ciclo orçamentário no Brasil e a condição do orçamento público na perspectiva dos direitos sociais
Caracterização da condição do fundo público na relação capital-trabalho nos dias atuais: financiamento, gasto e controle democrático

Unidade VI - A condição do fundo público em tempos de « financeirização »
Capital portador de juros e capital fictício à luz da crítica marxista da economia política
Dívida pública e Política Social

4. Bibliografia

AMMANN, Safira. Considerações críticas sobre o conceito de participação. In *Serviço social e Sociedade*, n° 5. São Paulo, Cortez, 1981.

BARBOSA, Rosangela N de C. Introdução ao estudo da administração e planejamento aplicados ao trabalho do assistente social. *Em Pauta*, n 14. Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 1999.

BEHRING, Elaine Rossetti. Crise do capital, fundo público e valor. In BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine R.; SANTOS, Silvana M.M.S; MIOTO, Regina C.T. (Orgs.). *Política Social no Capitalismo*: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2010.

CARCANHOLO, Reinaldo. NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. In: GOMES, Helder (org.). *Especulação e lucros fictícios.* São Paulo: Outras Expressões, 2015, p. 31-60.

FRIEDMANN, John. Dois séculos de teoria do planejamento: uma visão geral. In PAGNUSSAT, José L.; GIACOMONI, James. (Orgs.) *Planejamento e orçamento governamental*. Volume 1. Brasília: ENAP, 2006.

IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

KOWARICK. Lúcio *et al*. *Estratégias do Planejamento Social no Brasil*. Cadernos CEBRAP. São Paulo: CEBRAP, 1976.

LÖWY, Michael. Ecossocialismo e planejamento estratégico. *Crítica Marxista,* nº 18, 1ª edição 2009, p. 35-50.

MARINI, Ruy M. Dialética da Dependência. In TRASPADINI, Roberta ; STEDILE, João P. (Orgs.) *Ruy Mauro Marini* : vida e obra. São Paulo : Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. *O Capital*: crítica da economia política. Volume III, Tomo 1 e 2. São Paulo : Abril Cultural, 1983.

MATUS, Carlos. *Adeus, senhor presidente*: governantes e governados. São Paulo: Fundap, 1996.

MENDES, Áquilas. *Tempos turbulentos na saúde pública brasileira*: impasses do financiamento no capitalismo financeirizado. São Paulo: Hucitec, 2012.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. Crédito, capital fictício, fragilidade financeira e crises: discussões teóricas, origens e formas de enfrentamento da crise atual. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 20, n. 3 (43), p. 449-474, dez. 2011.

NETTO, José Paulo. *Democracia e transição socialista:* escritos de teoria e política. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

O'CONNOR, James. *USA:* a crise fiscal do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. *Economia e política das finanças públicas no Brasil:* um guia de leitura. São Paulo: Hucitec, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista e o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003. P.11-119.

OLIVEIRA, Francisco. *Os direitos do antivalor:* a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. - Parte I - Capítulo "O Surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público, p. 19-48.

SALVADOR, Evilasio. *Fundo Público e Seguridade Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.

TEIXEIRA, Joaquina. Formulação, administração e execução das políticas públicas. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). *Serviço social*: direitos sociais e competências profissionais, p. 553-574.

TRINDADE, José Raimundo. A dívida pública como componente estrutural do sistema de crédito. *Revista Econômica*, Rio de Janeiro, v 13, n 1, junho 2011.

---

1. **Título da Disciplina: Classes e Lutas sociais – 336131 – MS/DR**

2. **Ementa**

A organização histórica da classe trabalhadora em partidos e sindicatos. As lutas revolucionárias e as reformas sociais no capitalismo. Classes sociais, Estado e lutas sociais no Brasil e na América Latina. As abordagens teóricas sobre os movimentos sociais e o debate sobre os "novos" movimentos sociais. As lutas sociais no capitalismo (protestos, movimentos sociais, ativismo, participação, associativismo e instituições participativas) e sua vinculação à luta de classes. Trajetória histórica e concepções do sindicalismo e dos movimentos sociais no Brasil. Democracia no Brasil, lutas sociais e a criminalização dos movimentos sociais. O debate sobre Movimentos Sociais e Projeto Ético Político do Serviço Social.

3. **Conteúdo Programático**

Unidade 1 – Classes e Lutas Sociais: Fundamentos e História

A organização histórica da classe trabalhadora : os sindicatos, o partido e as Internacionais

O debate, na tradição marxista, das lutas sindicais e partidárias

Lutas revolucionárias e reformas sociais

As Revoluções camponesas na América Latina e a particularidade na origem das organizações da classe trabalhadora no Brasil

Unidade II – As Organizações da Classe Trabalhadora e as Lutas Sociais no Capitalismo Monopolista

A organização da classe trabalhadora e as lutas sociais no contexto do pacto fordista-keynesiano
A Organização da Classe Trabalhadora, Lutas e Resistência no Brasil em Contexto de Regime Autoritário
A emergência dos chamados “Novos Movimentos Sociais”
Os pressupostos pós-modernos das lutas sociais
O debate da centralidade da classe

Unidade III – Lutas e Movimentos Sociais em Contexto de Crise do Capital
Ofensivas no mundo do trabalho e implicações para as lutas e movimentos sociais
Lutas e movimentos sociais, Estado e democratização no Brasil
O debate sobre a democracia participativa, representativa e sua (in)compatibilidade no capitalismo: o ódio à democracia e a criminalização das lutas e movimentos sociais

Unidade IV - A Relação Estado e Sociedade Civil na realidade brasileira na Contemporaneidade
Condição do trabalho, lutas sindicais e partidárias no Brasil contemporâneo
Relação entre Estado, sociedade e instituições participativas : Conselhos e Inter conselhos, Conferências, Orçamentos Participativos, Ouvidoria, Fóruns
Diversas formas de lutas sociais e a relação entre público e privado: ativismo, protestos, participação e associativismo
Lutas sociais e debate crítico sobre identidade, igualdade, diferença, gênero, raça e multiculturalismo
Classes, lutas sociais e emancipação política e humana

4. Bibliografia

BADARÓ, M. M. “Movimento sindical brasileiro: o desafio da reorganização” In DURIGUETTO, Ma. L e ABRAMIDES, Ma. B. Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária. SP: Cortez, 2014.

BIHR, A. Da grande noite à alternativa. O movimento operário europeu em crise. SP: Boitempo, 1998.

BRAZ, M. Partido e Revolução – 1848-1989. SP: Expressão Popular, 2011.

BUHL, K e KOROL, C. (Orgs) Criminalização dos protestos e movimentos sociais. SP: Instituto Rosa Luxemburg, 2008.

CISNE, M e SANTOS, S. M. “Movimentos feministas e pela liberdade de orientação e expressão sexual: relações com a luta de classes no Brasil de hoje” In ABRAMIDES, Ma. B. & DURIGUETTO, Ma. L. Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária. SP: Cortez, 2014.

COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 191 a 219.

DAGNINO, Evelina, OLIVERA, Alberto e PANFICHI Aldo. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. IN: Dagnino, E. Olvera. J &Panfichi, Aldo (Orgs). A Disputa pela construção Democrática na América Latina. São Paulo: Paz e Terra: Campinas, São Paulo, Unicamp, 2006

DEMIER, Felipe. Depois do Golpe: a dialética da Democracia Blindada no Brasil.Editora Mauadx, 2017.

DOS SANTOS, Theotonio. Conceito de classes sociais. Petrópolis: Ed. Vozes, 1982.

DURIGUETTO, M. L. Sociedade civil e democracia: um debate necessário. São Paulo, Cortez, (2007).
DURIGUETTO, Ma. L. e MARRO, K. “Serviço Social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado histórico que alimenta os caminhos de ruptura com o conservadorismo” In SILVA, Ma. L. Serviço Social no Brasil. SP: Cortez, 2016.
FERNANDES, F. Problemas de conceituação de classes na América Latina. In: FERNANDES, F. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. 2ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1975.
GALVÃO, A. “Marxismo e movimentos sociais” In Crítica Marxista nº 32. SP: Fundação Editora da UNESP, 2011.
GOHN, Amélia. Manifestações e Protestos no Brasil. Correntes e contracorrentes na atualidade. SP, Cortez Editora, 2016.
Gohn, Maria da Gloria. Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos. 5a edição. S.P, Edições Loyola, 2006.
GRAMSCI, Antônio. A Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967 1ª edição.
GRAMSCI, Antônio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1985.
IASI, Mauro Luis. Ensaios sobre consciência e emancipação. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
LÊNIN, V. Que fazer? SP: Hucitec, 1978.
LESSA, S. Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo. SP: Cortez, 2007.
LOWY, M. A Teoria da Revolução no jovem Marx. SP: Boitempo, 2009.
MATTOS, M. B. Trabalhadores e Sindicatos no Brasil. SP: Expressão Popular, 2009.
NEVES, Angela Vieira. Clientelismo Político. In Cultura política e democracia participativa. Um estudo sobre o orçamento participativo. Editora Gramma, 2008.
NEVES, Angela Vieira. Democracia e participação social: desafios contemporâneos. Editora Papel Social, 2016.
NOGUEIRA, M. A. As ruas e a democracia. Brasília: Contraponto, 2013.
OLIVEIRA, Francisco de/ O Elo. Perdido: Classe e Identidade de Classe. São Paulo: Brasiliense,1987.
PINASSI, Ma. O; IASI, M; ANTUNES, R et alii (Orgs) Jornadas de Junho. SP: ICP, 2014.
RANCIÉRIE, Jacques. O Ódio à Democracia. Editora Boitempo,2014.
WOOD, E. M. “O que é a agenda “pós-moderna”? in WOOD, E. M & FOSTER, J. B (orgs). Em defesa da História – marxismo e pós-modernismo. RJ: Zahar, 1999

---

1. Título da Disciplina: Fundamentos do Serviço Social: formação e trabalho profissional – 336165 – MS/DR

2. Ementa

Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social. Gênese, processo histórico e significado social da profissão. Serviço Social e Questão Social. O Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais. A institucionalização e legitimação da profissão no Brasil. Demandas, atribuições e

competências profissionais. O projeto ético-político profissional. O projeto de formação acadêmico-profissional na contemporaneidade. Particularidades do trabalho profissional. Tendências e polêmicas teórico-metodológicas no debate profissional na contemporaneidade.

3. Conteúdo Programático

Unidade I: Fundamentos do Serviço Social: gênese e processo histórico
Serviço Social e Questão Social: fundamentos sócio-históricos e particularidades no Brasil
A emergência do Serviço Social como profissão no capitalismo monopolista e seu significado social
O Serviço Social na divisão social do trabalho como especialização do trabalho coletivo

Unidade II: Serviço Social no Brasil: perspectiva sócio-histórica e contemporaneidade
O processo de consolidação do Serviço Social no Brasil e seu ethos profissional
O Movimento de Reconceituação do Serviço Social: seu legado e desdobramentos
Serviço Social e a construção do projeto ético-político profissional

Unidade III: Serviço Social brasileiro: o debate sobre seus fundamentos, a formação e o trabalho profissional
A produção brasileira sobre os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social
O Serviço Social na contemporaneidade: formação e trabalho profissional

4. Bibliografia

ABREU, Marina Maciel. *Serviço Social e a organização da cultura*: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. *Ética e Serviço Social*: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2001.

BONFIM, Paula. *Conservadorismo moral e Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

CASTRO, Manuel Manrique. *História do Serviço Social na América Latina*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

COELHO, Marilene. *Imediaticidade na prática profissional do assistente social.* Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Estratégias em Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2002.

GUERRA, Yolanda. *A instrumentalidade do Serviço Social.* 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil:* esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na contemporaneidade:* trabalho e formação profissional. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, Marilda. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*: ensaios críticos. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche:* capital financeiro, trabalho e questão social. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço Social:* identidade e alienação. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx.* São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social*: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PONTES, Reinaldo. *Mediação e Serviço Social*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Claudia Mônica dos. *Na prática a teoria é outra?* Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SANTOS, Josiane Soares. *Neoconservadorismo Pós-moderno e Serviço Social brasileiro.* São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Questões da Nossa Época).

SILVA, Maria Ozanira Silva. *O Serviço Social e o Popular*: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci:* sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 3ª.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

---

1. **Título da Disciplina: Seminário de Pesquisa e Dissertação – 336149 - MS**

2. **Ementa**

Disciplina exclusiva para mestrandos/as em processo de elaboração de Projeto de Dissertação. Aprofundamento das questões de método e procedimentos de pesquisa. A formulação e problematização do objeto de pesquisa. A justificativa da pesquisa e o referencial teórico-metodológico.

3. **Conteúdo Programático**

A delimitação da tema da pesquisa
A formulação do objeto da pesquisa.
A problematização do objeto da pesquisa
A justificativa e a elaboração do referencial teórico-metodológico
Definição do tipo de pesquisa e escolha de procedimentos e técnicas
A pesquisa bibliográfica e as fontes de pesquisa
Apresentação e qualificação do Projeto de Dissertação diante da Banca

4. Bibliografia

A Bibliografia será indicada pelo/a docente orientador/a da pesquisa

---

1. Título da Disciplina: Tópicos Especiais em Política Social – 336173 – MS/DR

2. Ementa

Temas Emergentes e Contemporâneos em Política Social. Debate de pesquisas ou estudos temáticos na área da política social. Aprofundamento de temas e questões específicas no campo da política social

3. Conteúdo Programático

A ser definido pelo/a docente responsável por ministrar o conteúdo, conforme temática da disciplina.

4. Bibliografia

A Bibliografia será indicada de acordo com tema e conteúdo proposto.

---

1. **Título da Disciplina: Tópicos Especiais em Pesquisa – 336203 – MS/DR**

2. **Ementa**

Temas emergentes e contemporâneos na epistemologia da ciência. Aprofundamento de temas sobre Método e procedimentos e técnicas de pesquisa. Aprofundamento de temas e questões específicas sobre pesquisa social.

3. **Conteúdo Programático**

A ser definido pelo/a docente responsável por ministrar o conteúdo, conforme temática da disciplina.

4. **Bibliografia**

A Bibliografia será indicada de acordo com tema e conteúdo proposto.

---

1. **Título da Disciplina: Tópicos Especiais em Serviço Social – 336211 – MS/DR**

2. **Ementa**

Temas emergentes e contemporâneos referentes ao Serviço Social. Aprofundamento de temáticas específicas sobre o Serviço Social.

3. **Conteúdo Programático**

A ser definido pelo/a docente responsável por ministrar o conteúdo, conforme temática da disciplina.

4. **Bibliografia**

A Bibliografia será indicada de acordo com tema e conteúdo proposto.

---

1. **Título da Disciplina: Prática Docente em Política Social – 336238 – MS/DR**

2. **Ementa**

Esta disciplina materializa a realização do estágio de docência, como parte integrante da formação de pós-graduação (mestrado e doutorado), objetivando a preparação para a docência, e a qualificação do ensino de graduação sendo obrigatório para todos os bolsistas de doutorado da CAPES e facultativa para demais pós-graduandos/as. Os/as discentes da pós-graduação em Política Social da UnB realizam a prática docente no Curso de Graduação em Serviço Social em disciplinas na sua área de especialidade, com supervisão do professor/orientador do Programa de Pós-graduação em Política Social.

---

1. **Título da Disciplina: Seminário de Tese 2 em Política Social - 336254**

2. **Ementa:**

Discussão coletiva entre professores e alunos do doutorado, tendo por base o desenvolvimento dos trabalhos de tese. Apresentação sistemática e coordenada do andamento da pesquisa do doutorando. Ao final da disciplina, o aluno do doutorado deverá apresentar como produto os resultados preliminares de sua pesquisa e o esboço (estrutura) da tese de doutorado.

---

1. **Título da Disciplina: Nucleação em Grupo de Pesquisa 1 – 336289 – MS/DR**

2. **Ementa**

Disciplina destinada a estimular a participação de discentes em grupos de pesquisa do PPGPS, promover a articulação entre graduação e pós-graduação e consolidar os grupos de pesquisa. Os Grupos que ofertarem a disciplina para seus integrantes apresentarão ao Colegiado do Programa no período da oferta a proposta/cronograma de atividades que será realizada.

3. **Conteúdo Programático**

A ser definido pela Coordenação do Grupo de Pesquisa

4. **Bibliografia**

Conforme programação a ser realizada pelos grupos de pesquisa a cada semestre

---

1. **Título da Disciplina: Nucleação em Grupo de Pesquisa 2 – 336297 – MS/DR**

2. **Ementa**

Disciplina destinada a estimular a participação de discentes em grupos de pesquisa do PPGPS, promover a articulação entre graduação e pós-graduação e consolidar os grupos de pesquisa. Os Grupos que ofertarem a disciplina para seus integrantes apresentarão ao Colegiado do Programa no período da oferta a proposta/cronograma de atividades que será realizada.

3. **Conteúdo Programático**

A ser definido pela Coordenação do Grupo de Pesquisa

4. **Bibliografia**

Conforme programação a ser realizada pelos grupos de pesquisa a cada semestre

---

1. **Título da Disciplina: Nucleação em Grupo de Pesquisa 3 – 336301 – MS/DR**

2. **Ementa**

Disciplina destinada a estimular a participação de discentes em grupos de pesquisa do PPGPS, promover a articulação entre graduação e pós-graduação e consolidar os grupos de pesquisa. Os Grupos que ofertarem a disciplina para seus integrantes apresentarão ao Colegiado do Programa no período da oferta a proposta/cronograma de atividades que será realizada.

3. **Conteúdo Programático**

A ser definido pela Coordenação do Grupo de Pesquisa

4. **Bibliografia**

Conforme programação a ser realizada pelos grupos de pesquisa a cada semestre

---

1. **Título da Disciplina: Nucleação em Grupo de Pesquisa 4 – 336319 – MS/DR**

2. **Ementa**

Disciplina destinada a estimular a participação de discentes em grupos de pesquisa do PPGPS, promover a articulação entre graduação e pós-graduação e consolidar os grupos de pesquisa. Os Grupos que ofertarem a disciplina para seus integrantes apresentarão ao Colegiado do Programa no período da oferta a proposta/cronograma de atividades que será realizada.

3. **Conteúdo Programático**

A ser definido pela Coordenação do Grupo de Pesquisa

4. Bibliografia

Conforme programação a ser realizada pelos grupos de pesquisa a cada semestre

---

DISCIPLINAS OPTATIVAS A SEREM CRIADAS

1. Título da Disciplina: Serviço Social e Política Social no Brasil

2. Ementa

A relação entre Serviço Social e Política Social: bases sócio-históricas. Questão Social, Trabalho e Política Social no capitalismo monopolista e suas particularidades no Brasil. A consolidação do capitalismo no Brasil: fundamentos sócio-históricos da profissão e a emergência das políticas sociais. Estado capitalista, lutas sociais e Serviço Social no Brasil. Espaços sócio-ocupacionais, intervenção profissional e as políticas sociais. Projeto Ético-político profissional e desafios na contemporaneidade.

3. Conteúdo Programático

Unidade 1: A relação Serviço Social e Política Social: particularidades no Brasil

Serviço Social no Brasil: gênese, significado social, institucionalização e sua relação com as políticas sociais.

A relação entre Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais: particularidades da formação social brasileira.

Estado capitalista, lutas sociais, políticas sociais e Serviço Social.

Unidade 2: Serviço Social, direitos e políticas sociais no Brasil

Serviço Social, direitos e políticas sociais no Brasil: perspectivas para o trabalho profissional

A construção da seguridade social brasileira e o Serviço Social

Unidade 3: Serviço Social e Política Social no Brasil na contemporaneidade

Serviço Social e Política Social no Brasil no contexto de crise capitalista e ofensiva neoliberal

Transformações societárias, Serviço Social e políticas sociais: redimensionamento do Estado, do trabalho e das demandas profissionais

Desafios ao Projeto Ético-Político Profissional

4. Bibliografia

BEHRING, Elaine R. ; BOSCHETTI, Ivanete. Serviço Social e política social : 80 anos de uma relação visceral. In SILVA, Maria L. de O. e (Org.). *Serviço Social no Brasil :* história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo : Cortez, 2016.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social*: fundamentos e história. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania?. Serviço Social e Sociedade, São Paulo-SP, v. 79, p. 108-132, 2004.

BRAGA, Léa ; CABRAL, Maria do S. R. (Orgs.). O Serviço Social na Previdência : trajetórias, projetos profissionais e saberes. São Paulo : Cortez, 2007.

BRAVO, Maria Inês Souza. *Saúde e Serviço Social no capitalismo*: fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2013.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil:* mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CORREIA, Maria. Sociedade civil e controle social: desafios para o Serviço Social. In BRAVO, Maria; MENEZES, Juliana. Saúde, Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos. São Paulo: Cortez, 2012, p. 293-306.

DURIGUETTO, Maria L. ; MARRO, Katia. Serviço Social, lutas e movimentos sociais : a atualidade de um legado histórico que alimenta os caminhos de ruptura com o conservadorismo. In SILVA, Maria L. de O. e (Org.). *Serviço Social no Brasil :* história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo : Cortez, 2016.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2005.

IAMAMOTO, Marilda V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche:* capital financeiro, trabalho e questão social. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda. Os espaços sócio ocupacionais do Serviço Social. In. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e burguesia no Brasil*: origens da autocracia burguesa. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MOTA, Ana Elizabete (org.). *O mito da assistência social*: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2008.

MOTA, Ana Elizabete ; AMARAL, Angela S. do. Serviço Social brasileiro : cenários e perspectivas nos anos 2000. In MOTA, Ana Elizabete ; AMARAL, Angela S. do. (Org.). *Cenários, contradições e pelejas do serviço social brasileiro.* São Paulo : Cortez, 2016.

MOTA, Ana Elizabete. *Cultura da crise e seguridade social*: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985).* São Paulo: Cortez, 2014.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista*: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2013.

PEREIRA, Potyara A. P. *Política Social*: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008.

RAMOS, Sâmya R. ; SANTOS, Silvana M. de M. dos. Projeto profissional e organização política do Serviço Social brasileiro : lições históricas e lutas

contemporâneas. In SILVA, Maria L. de O. e (Org.). *Serviço Social no Brasil :* história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo : Cortez, 2016.

SIQUEIRA, Luana. Pobreza e Serviço Social: diferentes concepções e compromissos políticos. São Paulo: Cortez, 2013.

VIEIRA, Evaldo. *A República Brasileira 1951-2010*: de Getúlio a Lula. São Paulo: Cortez, 2015.

---

1. Título da Disciplina: Relações Sociais de Sexo/Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades

2. Ementa

Conceitos e definições de relações sociais de sexo, gênero, raça, etnia, sexualidades e classe social: suas interseccionalidades e consubstancialidades. Incorporação das questões de Gênero e de Raça no desenvolvimento do Estado Social nas particularidades do capitalismo central e dependente. Movimentos de mulheres, feministas e raciais e a participação política. As categorias de relações sociais de sexo/gênero, sexualidades e raça/etnia no campo das políticas sociais no Brasil e na gestão pública democrática.

3. Conteúdo Programático

Unidade I: O debate conceitual e correlações com a academia e a politica

O debate conceitual acerca das categorias relações sociais de sexo/gênero

O debate conceitual acerca das categorias relações sociais de raça/etnia

O debate conceitual sobre sexualidades

As diversas abordagens e suas implicações ou correlatos na academia e na política

Unidade II: Gênero, sexualidades, raça/etnia e relações com classe social

A dimensão estrutural das relações de sexo/gênero, sexualidades e da raça/etnia na organização social e suas vinculações com a questão de classe

Manifestações no campo do trabalho e da reprodução humana

Unidade III: Os movimentos antirracistas, LGBT de mulheres e feministas

Os movimentos sociais antirracistas, LGBTs, de mulheres e feministas e seus impactos no campo das políticas sociais e da cidadania: redistribuição, reconhecimento e representação

Unidade IV: O marco legal as políticas sociais e o combate à discriminação

O marco legal, a institucionalidade da problematização de sexo/gênero e de raça no âmbito do Estado

A formulação, acompanhamento e avaliação das políticas sociais na perspectiva de sexo/gênero e étnico-racial

As convenções internacionais e o combate à discriminação étnico-racial, de orientação sexual e de gênero

4. Bibliografia

BANDEIRA, Lourdes M. e VASCONCELOS, Marcia. Equidade de gênero e políticas públicas: reflexões iniciais. Brasília: Agende, 2002.

CISNE, Mirla. Feminismo e consciência de classe no Brasil. São Paulo: Cortez, 2014.

BOCK, Gisela, THANE, Pat (eds.). Maternidad y Políticas de Género. Madrid: Ediciones Cátedra e Universitat de València, 1996.

BORRILO, Daniel. **Homofobia:** história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASHMORE, Ellis. Dicionário de relações étnicas e raciais. São Paulo: Selo Negro, 2000.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

DURAN, Maria Angeles. O valor do tempo: quantas horas te faltam ao dia?. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

FOUCAULT, Michel. A História da Sexualidade 1. A vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra. 2014.

FRASER, Nancy. Escalas de Justicia. Barcelona: Herder, 2008.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Ed 34, 2002.

GUIRALDELLI, Reginaldo. Desigualdade de Gênero no Mundo do Trabalho. As trabalhadoras da confecção. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** Graal: Rio de Janeiro, 1979.

HIRATA, Helena et al. (orgs.), Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo/SP: Editora Unesp, 2009.

MACKINNON, Catharine A. Hacia una teoría feminista del Estado. Hacia Una Teoría Feminista Del Estado. Madrid: Ediciones Cátedra e Universitat de València, 1989.

MOLYNEUX, Maxine. Movimientos de Mujeres en América Latina - Estudio Teórico Comparado. Madrid: Ediciones Cátedra e Universitat de València, 2003.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades:** a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth, Gênero, Patriarcado e Violência. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004, segunda reimpressão.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. A Classe Operária tem dois Sexos - Trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2011, segunda edição.

TEIXEIRA, Marlene; ALVES, Maria E. R. (org.), Feminismo, gênero e sexualidade - Desafios para o Serviço Social. Brasília : Abaré, 2015.

YANNOULAS, Silvia C. (coord.), Trabalhadoras - Análise da feminização das Profissões e Ocupações. Brasília: Abaré, 2013.

---

1. Título da Disciplina: Estado, Sociedade e Formação Social Brasileira

2. Ementa

Estado Brasileiro, os fundamentos e desenvolvimento da sociedade e as raízes da dependência e do subdesenvolvimento. A formação do Estado brasileiro e as classes sociais. A formação do capitalismo nacional. Liberalismo e os fundamentos da República. A dominação burguesa e as raízes do autoritarismo do Estado brasileiro. Nacionalismo e desenvolvimentismo. Cultura e Hegemonia. Estado e as classes sociais no capitalismo dependente. Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil e o subimperialismo. O Brasil na Periferia do Capitalismo. Raça, gênero e classes sociais na formação socioeconômica do Brasil. Estado, sociedade e democracia no Brasil contemporâneo.

3. Conteúdo Programático

Unidade 1 – Estado capitalista e seu desenvolvimento no Brasil
O Estado e a formação do capitalismo nacional
Estado Brasileiro, os fundamentos e desenvolvimento da sociedade e as raízes da dependência e do subdesenvolvimento.
Estado e classes sociais no Brasil
Estado e o desenvolvimento desigual e combinado

Unidade 2 – Estado e Formação da sociedade brasileira
O Estado e a Sociedade no Brasil
Origens e impasses da formação nacional. Liberalismo e os fundamentos da República
A dominação burguesa e as raízes do autoritarismo do Estado brasileiro
Nacionalismo e Desenvolvimentismo
Raça, gênero e classes sociais na formação socioeconômica do Brasil

Unidade 3 – Estado, Sociedade e Democracia no Brasil
Dialética da dependência e capitalismo no Brasil contemporâneo
Desenvolvimento capitalista no Brasil e o subimperialismo.
Abordagens e Polêmicas sobre o Estado Ampliado no Capitalismo Dependente
Democracia, Cultura e Hegemonia no Brasil recente

4. Bibliografia

ARRUDA, Pedro. Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil 1889-1930, Ed Expressão Popular, 2012
FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder. Rio de Janeiro: Ed. Globo 2001.

FERNANDES, Florestan Fernandes. “Cor e estrutura social em mudança”. In BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. Brancos e negros em São Paulo. São Paulo: Global, 2008 [1955], pp. 91-153

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Ed Zahar 1974.

FIORI, José (org); Estado e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes 1999.

FRANK, Andre. Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento. São Paulo: Ed. Brasiliense,1980

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. Rio de Janerio: Ed Record, 1992

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IANNI, Octávio. Colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro : Civilização brasileira, 1968.

IANNI, Octávio. Pensamento Social no Brasil. Bauru/SP. EDUSC, 2004.

IANNI, Estado e Capitalismo. São Paulo, Brasiliense, [1988], 2a. Ed. Revista e Ampliada 2004.

IANNI, Octávio. Classe e Nação. Petrópolis, Vozes, 1986.

MARINI, Ruy Mauro, Subdesenvolvimento e revolução. Florianópolis: Ed Insular, 2012

MASCARO, Alysso. Estado e Forma Política. São Paulo: Editora Boitempo, 2013

NABUCO, Joaquim. O Abolicionismo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

OLIVEIRA, Franciso. Crítica à razão dualista; O ornitorrinco. São Paulo : Boitempo editorial, 2003.

OSÓRIO, Jaime. O Estado no Centro da Mundialização. A sociedade civil e o tema do poder. São Paulo, Outras Expressões, 2014.

PRADO JR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Ed Brasiliense, 2010.

SILVA, Helio. 1930 A Revolução Traída. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1972.

SODRÉ, Nelson Weneck, Formação Histórica do Brasil. São Paulo: Ed Brasiliense, 1964

TRASPADINE, Roberta. Teoria da (INTER)Dependência. São Paulo:Ed Outras Expressões, 2014.